

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO
BACHARELADO DE CIÊNCIAS DO ESTADO

João Paulo Rodrigues Barros

**A GERINGONÇA PORTUGUESA: ENTRE A OFENSA E O AFETO, A FRENTE DE
PARTIDOS QUE CONSTRUIU GOVERNABILIDADE EM PORTUGAL.**

Belo Horizonte

2021

João Paulo Rodrigues Barros

A GERINGONÇA PORTUGUESA:

Entre a ofensa e o afeto, a frente de partidos que construiu governabilidade em Portugal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para o grau de Bacharel em Ciências do Estado com formação complementar em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. José Luiz Borges Horta

Belo Horizonte

2021

À minha mãe Betânia, que sempre foi combustível para ter esperança, vencer barreiras, buscar encarar os desafios, problemas e encontrar forças onde a brutalidade é a linguagem, e à minha amiga Lavínia Garcia, que sempre me ensina sem precisar dizer.

AGRADECIMENTOS

Os anos de 2020 e 2021, momento em que escrevo esta monografia, tem sido marcado por diversas situações caóticas decorrentes das crises sanitária, política e econômica acarretadas pela pandemia de COVID-19. Nesse sentido, gostaria de iniciar esta seção agradecendo pela vida e pelas oportunidades que tive ao longo de anos tão difíceis e dedicar esse trabalho ao meu amado primo que faleceu em decorrência do COVID-19, Leandro Ribeiro, que sempre me apoiou em momentos difíceis e a quem eu muito admirava.

Escrever esse trabalho foi extremamente desafiador, principalmente pelo desafio pessoal de me encontrar em meio a tantos gostos e desgostos. Agradeço imensamente ao Professor Dr. José Luiz Borges Horta, por me ajudar a encontrar um tema que me fosse de encontro com meu desejo mais profundo e apoio prestado durante minha caminhada acadêmica. Estive em Portugal durante os anos de 2019 e 2020 e foi uma das minhas melhores experiências de vida. Pude realizar uma mobilidade acadêmica internacional, depois de um processo seletivo extremamente rigoroso promovido pela minha amada UFMG, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP, na Universidade de Lisboa. Acompanhei as Eleições Legislativas de 2019 de muito perto, tive o privilégio de conhecer o Presidente da República e professor Marcelo Rebelo de Sousa, o primeiro-ministro, António Costa e ser aluno das professoras Isabel David, Paula do Espírito Santo, Conceição Pequito Teixeira, João Ricardo Catarino e do professor e ex-primeiro ministro, Pedro Passos Coelho, que é um dos protagonistas deste trabalho, a quem deixo aqui meu imenso agradecimento pelo cuidado, afeto e aprendizado.

Agradeço aos meus amigos de diversos países europeus que estiveram comigo nessa jornada, em especial, aos amigos portugueses António Cunha Magalhães, Francisco Lino, Cristiano Esteves, Samuel Carvalho, Ana Silva e Magda Cunha; ao meu amado espanhol Pepe Boza Barrionuevo, ao dominicano Erik Hafner, ao francês Antoine Campinos, ao chinês que melhor fala português Dr. Chen Li, aos meus colegas de quarto em terras portuguesas, Gil Pereira e o romeno Ionuț Feraru. Não posso deixar de registrar meus amados brasileiros que me deram todo o suporte necessário, em todos os momentos durante essa aventura, Diogo Alves e Elisa Gabriel, minha eterna gratidão.

Também preciso agradecer nominalmente os amigos Hugo Rezende, Paulo Roberto Cardoso, Isabella Tibúrcio e Leonardo Santos que sempre me apoiaram, a Alberto Lage que sempre esteve ao meu lado e minha irmã Isabella Barros por sempre me dar muito orgulho. Obrigado ao Doutor Josenel por me oferecer as poesias de Fernando Pessoa que me acompanharam por toda graduação e na realização do meu sonho português, além de contribuir na composição da minha pessoa.

Dedico esse trabalho aos meus familiares, amigos, aos colegas da FENECAP, ENECAPS, simulações, da 8ª turma de Ciências do Estado, companheiros de artigos científicos, professores e aqueles que compartilharam dos ambientes de trabalho comigo (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). Deixo um agradecimento especial às mais de 40 pessoas que me apoiaram para realização do meu intercâmbio e aos amigos que lá deixei. Agradeço à UFMG, à FUMP pelo apoio concedido e à Universidade de Lisboa, que me deram a oportunidade de realizar muitos sonhos.

*"Quiseram diminuir chamando-lhe Geringonça, mas até tiveram azar [porque]
uma geringonça é uma coisa engenhosa."
Primeiro-Ministro, António Costa, 5.3.2016*

RESUMO

O trabalho tem como objetivo buscar compreender como se constituiu de forma política, social e jurídica a frente de partidos portugueses chamada internacionalmente como “Geringonça”. A articulação de partidos de esquerda se formou de maneira inesperada, histórica e surpreendente. Após o governo por quatro anos entre 2011 e 2015, do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, do Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, que obteve a maioria dos assentos através das eleições legislativas de 2015, coligado com o Partido Popular. Porém teve o governo mais rápido da história democrática de Portugal. A derrubada do governo de centro-direita, mas sem maioria absoluta no parlamento, só foi possível por conta da união das esquerdas em torno do nome do primeiro-ministro António Costa e do Partido Socialista. O acordo gerou críticas e ataques, que se transformaram posteriormente em afeto. No contexto econômico, analistas avaliaram que a coalizão esquerdista colocaria o país em uma situação de desconfiança e instabilidade, uma vez que Costa prometia “virar a página da austeridade” e reduzir o alcance de uma política econômica imposta pela chamada “Troika”. O Estudo de Caso apresenta a estrutura que levou a possibilitar a articulação partidária e as suas conexões com a institucionalidade e contextos paralelos. O trabalho descreve a criação e as possibilidades de governo em Portugal em meio à crise e deve contribuir para o entendimento do fenômeno de articulações dentro do modelo parlamentar português.

Palavras-chave: Geringonça Portuguesa; Parlamentarismo; Estudos Europeus.

ABSTRACT

The aim of this paper is to seek to understand how the Portuguese parties internationally called “Geringonça” were constituted in a political, social and legal way. The articulation of left-wing parties was formed in an unexpected, historical and surprising way. After the government for four years between 2011 and 2015, of Prime Minister Pedro Passos Coelho, of the center-right Social Democratic Party (PSD), won the 2015 legislative elections, affiliated with the Popular Party. However, it had the fastest government in the democratic history of Portugal. The overthrow of the elected center-right government, but without an absolute majority in parliament, was only possible because of the union of the left over the name of Prime Minister António Costa and the Socialist Party. The deal sparked criticism and attacks, which later turned into affection. In the economic context, analysts estimated that the leftist coalition would put the country in a situation of distrust and instability, since Costa promised to “turn the page on austerity” and reduce the scope of an economic policy imposed by the so-called “Troika”. The Case Study presents the structure that led to the possibility of party articulation and its connections with institutionality and parallel contexts. The work describes the creation and the possibilities of governance in Portugal in the midst of the crisis and should contribute to the understanding of the phenomenon of articulations within the Portuguese parliamentary model.

KEYWORDS: Portuguese Geringonça; Parliamentarism; European Studies.

LISTA DE SIGLAS

- AR - Assembleia da República
- B.E. – Bloco de Esquerda
- BCE - Banco Central Europeu
- CDS–PP – CDS – Partido Popular
- FEEF - Fundo Europeu de Estabilização Financeira
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- MEP – Movimento Esperança Portugal
- MPT – Partido da Terra
- P.H. – Partido Humanista
- P.N.R. – Partido Nacional Renovador
- PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira
- PAN – Partido Pessoas Animais Natureza
- PCP–PEV – CDU – Coligação Democrática Unitária
- PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
- PDA – Partido Democrático do Atlântico
- PEC - Programa de Estabilidade e Crescimento
- PIB - Produto Interno Bruto
- PIIGS - Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha
- PND – Nova Democracia
- POUS – Partido Operário de Unidade Socialista
- PPD/PSD – Partido Social Democrata
- PPM – Partido Popular Monárquico
- PPV – Portugal pro Vida
- PREC - Processo Revolucionário em Curso
- PS – Partido Socialista
- PTP – Partido Trabalhista Português
- PàF - Coligação “Portugal à Frente”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I - AS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS	12
O SISTEMA CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS	12
ESTADO NOVO PORTUGUÊS	19
A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA	21
II - SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS	26
OS SISTEMAS E AS FORMAS DE ESTADO E GOVERNO	26
FUNCIONAMENTO DAS ELEIÇÕES EM PORTUGAL	29
OS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES	32
III - CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO	33
A FORMAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA	33
PRÉ TROIKA	36
A TROIKA	38
PÓS TROIKA	41
VI - GERINGONÇA PORTUGUESA	43
AS ELEIÇÕES 2015	43
O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	44
O PARTIDO SOCIALISTA	45
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2015-2019	46
XX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL	47
A DINÂMICA DOS PARTIDOS E A INÉDITA GERINGONÇA	49
XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL	51
PÓS GERINGONÇA, ELEIÇÕES DE 2019	52
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

Portugal vive um sistema semi-presidencialista com uma forte importância do Parlamento Unicameral, a Assembleia da República. O país tem uma história que passa por inúmeros momentos marcantes e interessantes. A famosa Geringonça Portuguesa é um dos episódios recentes que ficou conhecido internacionalmente pela solução de governo criada no Estado Ibérico; o tema deste trabalho é passar pelo contexto que levou à constituição de tal façanha política.

Na parte I, iremos conhecer as constituições portuguesas e suas histórias. Sabendo que os sistemas constitucionais estão inseridos em seu tempo, espaço e acontecimentos, é importante entender como foi o caminho português até o atual texto constitucional vigente. Para além disso, a Constituição é um instrumento que permite observar a distribuição dos poderes, deveres, mecanismos e limitações do poder, sendo essencial para compreender a estrutura e infraestrutura política do Estado.

Já que o fato aqui tratado é uma inusitada articulação política, é fundamental entender o funcionamento do sistema político português. Logo na parte II, iremos adentrar nos detalhes das disputas eleitorais e entender a intensidade da participação dos portugueses na vida pública. Lógico, sem deixar de conhecer os principais atores políticos que disputam o jogo da democracia.

Todo fato social, político ou jurídico está inserido em um contexto econômico e de inúmeras relações de causa e efeito. Na III parte desta monografia iremos nos aprofundar nas séries de acontecimentos que envolvem o período pré geringonça e os sentimentos que poderiam ser criados na sociedade portuguesa, assim como na classe política. Além de entender a participação de atores como União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional em Portugal.

O poeta português Fernando Pessoa poetizava que “O voto popular não é uma manifestação de opinião; é uma expressão de sentimento”¹. Assim, na última parte do trabalho mergulharemos no cenário político e eleitoral, nos resultados das disputas, na formação da articulação parlamentar e como se deram os governos constitucionais no período deste estudo de caso. Passaremos pela dinâmica

¹ REIS, Ricardo. Fernando Pessoa. Odes de Ricardo Reis. Lisboa: Ática, 1946.

partidária de Portugal e pela prospecção dos cenários futuros.

I - AS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS

O SISTEMA CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS

As Constituições são produto do contexto histórico, social, político de um tempo e território, junto às circunstâncias, sempre influenciadas por fatos e ações políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, cuja análise objetiva nem sempre se mostra fácil ou imediata. O conjunto de princípios, regras e definições para as nações é a base da organização do Estado e através delas podemos compreender, datar e escrever a história política e da distribuição de poderes sociais entre os povos. Desta forma, para encontrar as multiplicidades de forças políticas que atuam em encontro e desencontro para governarem a sociedade portuguesa é preciso rever a história das constituições.

Em sua história, Portugal passou por seis constituições políticas, a primeira foi a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822, como sequência da experiência parlamentar proporcionada pela revolução liberal de 1820, acontecida no Porto, mas menos de um ano depois de aprovada, foi suspensa pelo rei D. João VI²³. Foi seguida pela Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 1826, que foi chamada de carta por ter sido outorgada pelo rei D. Pedro IV⁴ em um ato solitário. Após um golpe de Estado em 1836⁵, sucede a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838, outorgada pela rainha D. Maria II⁶. Já a 1.^a República inicia-se

² João VI (1767-1826), nascido em Lisboa, sendo seu nome João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança; cognominado "O Clemente", foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822; após a independência do Brasil em 1822, foi Rei de Portugal e Algarves até à sua morte. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido o seu filho Dom Pedro I do Brasil, o imperador do Brasil.

³ As constituições da monarquia portuguesa, "A Alma e a Gente" - Constitucionalismo Português (Extrato de Programa), por José Hermano Saraiva, Videofono/ RTP, 2006. Disponível em: <<https://ensina.rtp.pt/artigo/as-constituicoes-da-monarquia-portuguesa/>>

⁴ Pedro I do Brasil ou Pedro IV de Portugal (1798-1834), que tinha o enorme nome, Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim, apelidado de "o Libertador" e "o Rei Soldado", foi o primeiro Imperador do Brasil como Pedro I, de 1822 até sua abdicação em 1831.

⁵ Também conhecida como "Revolução de Setembro", a designação dada ao golpe de Estado ocorrido em Portugal a 9 de Setembro de 1836 e levou à promulgação da Constituição Portuguesa de 1838.

⁶ Maria II (1819-1853), chamada Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, nascida no Rio de Janeiro, apelidada de "a Educadora" e "a Boa Mãe", foi a Rainha de Portugal e dos Algarves em duas ocasiões diferentes: primeiro de 1826 a 1828, quando foi deposta por seu tio Miguel, e depois de 1834 até à sua morte em

com a proclamação em 5 de Outubro de 1910 e originou a “Constituição Política da República Portuguesa de 1911”⁷. O salazarismo é instrumentalizado através da Constituição Política da República Portuguesa de 1933 e, finalmente, no restabelecimento da democracia portuguesa temos a última Constituição da República Portuguesa de 1976.

Podemos perceber como os movimentos da sociedade e revoluções são marcantes para as mudanças constitucionais em Portugal. Assim o professor Jorge Miranda, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em seu artigo “A originalidade e as principais características da Constituição portuguesa” de 2007, afirma que a história constitucional do país não difere daquela dos países latinos, ou da França, onde as rupturas fazem emergir as Constituições, que acabam sofrendo alterações nem sempre harmônicas com as formas com que se estabelecem e se encerram com novas rupturas políticas ou revoluções. O autor afirma ainda:

“Cinco das seis Constituições portuguesas têm como origem imediata movimentos revolucionários que derrubaram os governos e regimes até então vigentes. A de 1822 é consequência da revolução de 1820, a de 1838 da revolução de 1836, a de 1911 da revolução de 1910, a de 1933 da revolução (ou contrarrevolução) de 1926 e a de 1976 da revolução de 1974; e, de igual sorte, o Acto Adicional de 1852 é consequência da revolução de 1851, Única excepção: a Carta Constitucional, mas excepção aparente, porque se situa na mesma vertente histórica de 1820.”⁸

Visto que temos uma história e movimentos intensos observando as tradições portuguesas, vamos recapturar os principais pontos e contexto de cada constituição. Assim, é possível lançar uma luz sobre a trajetória dos marcos políticos-jurídicos, se estendendo até os dias de hoje, e a organização política dos poderes no Estado Português.

A Constituição de 1822 é o mais antigo texto constitucional português, exerceu uma influência profunda nas instituições e no direito político, iniciando em Portugal "a organização jurídica da democracia" de acordo com Joaquim de Carvalho, professor de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1853. Era a filha mais velha do imperador Pedro I do Brasil e da sua primeira esposa, a imperatriz consorte do Brasil, Rainha Consorte de Portugal e dos Algarves e Arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina da Áustria.

⁷ FERREIRA, David. História política da primeira república portuguesa: 1910-1915. 2 v. Livros Horizonte, 1973.

⁸ MIRANDA, Jorge; 2007; p. 77

Como desde 1807 o Rei D. João VI havia se transferido para o Brasil, criando assim uma situação onde Portugal estava com um *status* de “colônia”, devastada por três invasões francesas, empobrecida e entregue a uma regência subserviente perante a Inglaterra, Lord Beresford⁹ agia com liberdade como comandante do Exército Português e regente de fato. Assim, em 1817, após rumores de uma conspiração maçónica que pretendia o regresso do Rei e que se manifestava contrária à presença inglesa, mandou matar os “conspiradores”, entre eles o general Gomes Freire de Andrade¹⁰, sendo executado e causando comoção.

Neste contexto de descontentamento coincidiram, no ano de 1820, duas circunstâncias favoráveis a uma mudança política em Portugal: o restabelecimento na Espanha da Constituição de Cádiz de 1812, que impulsionou a península Ibérica ao movimento constitucionalista¹¹; e o afastamento temporário do Marechal Beresford que viajou ao Brasil buscando mais poderes junto a Dom João VI, assim levando o país à Revolução do Porto e à queda do Marechal, impedido de desembarcar em Lisboa. No Reino de Portugal, os liberais buscavam uma constituição que criasse uma ordenação jurídica e política racional, que limitasse o poder do rei, garantindo os direitos individuais mínimos. O processo de estruturação da Constituição teve como base o processo descrito na Constituição de Cádiz para seleção das Cortes, assim sendo eleitas. As Cortes de 1820, que proclamaram-se em Portugal como o início do movimento democrático e constitucionalista moderno, foram apresentadas pelos liberais como o regresso às antigas Cortes, consagrando a doutrina da soberania da Nação portuguesa.¹²

O texto da Constituição de 1822 foi dividido em seis títulos, sendo muito influenciado pela Constituição Espanhola de Cádiz. O Título I contém uma declaração de direitos, marcada pela liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses. No Título II, afirma-se que a soberania reside essencialmente na Nação, sendo uma “Monarquia Constitucional Hereditária”. Aparece também

⁹ William Carr Beresford (1768-1854) serviu como general no Exército Britânico e marechal do Exército Português, lutando na Guerra Peninsular. Foi governador e comandante-chefe, durante seis meses, na Madeira, para evitar a ocupação da ilha pelas forças napoleónicas francesas. Em 1809 foi escolhido pelo governo britânico para comandar o Exército português. A sua missão era a de compatibilizar a organização e a tática existentes no exército português com a britânica, permitindo uma actuação conjunta no campo de batalha.

¹⁰ Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1871), foi um general português.

¹¹ BERBEL, Márcia Regina; DE SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena (Ed.). A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil. Alameda, 2012.

¹² MIRANDA, Jorge, 1977, p. 79

consignado o princípio de separação dos poderes em legislativo (Cortes), executivo (Rei), e judicial (juizes). O Título III, que trata do poder legislativo, faz a consagração do princípio de uma única câmara, eleita bienalmente por sufrágio directo e universal, com exclusão das mulheres, dos analfabetos e dos frades. O Título IV dedica um capítulo ao Reino Unido, o Brasil, que haverá uma declaração do poder executivo, no Brasil. Consagrava-se o princípio de larga autonomia política e administrativa para o Brasil, com o qual se estabelecia uma União Real. O Título V trata do poder judicial. O Título VI e último ocupa-se do governo administrativo e econômico. A Constituição foi subscrita por 141 deputados, entre os quais se contam os mais ilustres representantes da chamada ideologia vintista¹³, com destaque para Manuel Fernandes Tomás¹⁴.

Já em 1826, a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa surge como a segunda constituição portuguesa; ela é imposta no curto reinado de sete dias de D. Pedro IV¹⁵, o monarca brasileiro viria a tomar duas medidas de grande alcance político - a outorga de uma nova Constituição em 29 de Abril de 1826, muito menos radical que a Constituição de 1822, e a decisão de abdicar dos seus direitos ao trono a favor de sua filha D. Maria da Glória¹⁶ em 2 de Maio de 1826, que data o final do seu reinado. A Carta vigorou durante 72 anos, sofreu 4 revisões constitucionais, designadas por Atos Adicionais. A principal característica da carta é a atribuição do Rei com o papel de ordenação constitucional, assim estipulando o princípio da separação de poderes que, além dos clássicos, legislativo, executivo e judicial, passa a ter mais um, o poder moderador.

O poder legislativo pertence às Cortes com a sanção do rei e é exercido por duas câmaras: a dos Deputados, eletiva e temporária e a dos Pares, com membros vitalícios, nomeados pelo Rei e sem número fixo, sendo os lugares hereditários. O poder moderador, o mais importante, pertence exclusivamente ao Rei, que vela pela harmonia dos outros três poderes e não está sujeito a responsabilidade alguma. O

¹³ O Vintismo foi a denominação para ideologia política que dominou Portugal entre 1820 e 1823, caracterizada pelo radicalismo das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes Constituintes, fortemente influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz.

¹⁴ Manuel Fernandes Tomás (1771 - 1822), considerado a figura mais importante do primeiro período liberal, foi um magistrado e político vintista que se destacou na organização dos primeiros movimentos pró-liberalismo. Era juiz desembargador na Relação do Porto. Eleito deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, pela Beira, participou activamente na elaboração das Bases da Constituição da Monarquia Portuguesa.

¹⁵ O reinado de D. Pedro IV ou Pedro I do Brasil no Reino de Portugal aconteceu entre 26 de Abril a 2 de Maio de 1826.

¹⁶ Maria II de Portugal.

poder executivo também pertence ao monarca, que o exercita através dos seus ministros. O poder judicial é independente e assenta-se no sistema de juizes e jurados. A Carta tem influência clara das Constituições do Império do Brasil, a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional outorgada por Luís XVIII de França¹⁷ em 1814, também é possível afirmar que teve influência doutrinal nas ideias de Benjamin Constant^{18, 19}.

Em agosto de 1834 a vitória do Partido Liberal na Guerra Civil Portuguesa e a saída do País do derrotado D. Miguel²⁰, é seguida pela revolução de Setembro de 1836, que proclama novamente a Constituição de 1822 até a elaboração da nova Constituição, que acontece em 1838. Acabou por prevalecer uma síntese dos textos de 1822 e a Carta de 1826. Assim, foi influenciada pelos textos anteriores, e ainda pela Constituição Belga de 1831²¹ e pela Constituição espanhola de 1837, pelo seu objetivo conciliatório das duas formas extremas de constitucionalismo monárquico. As suas características fundamentais são o princípio clássico da tripartida dos poderes, o bicameralismo das Cortes, Câmara dos Senadores e Câmara dos Deputados, o veto absoluto do Rei e a descentralização administrativa. Define também no art.º 98 a exclusão dinástica definitiva do ex-infante D. Miguel de Bragança e de todos os seus descendentes. Esta Constituição reafirma a soberania nacional, restabelece o sufrágio universal direto e elimina o poder moderador.

¹⁷ Luís XVIII (1755 – 1824), Luís Estanislau Xavier da França, conhecido como Luís, o Desejado, foi o Rei da França e Navarra de 1814 até sua morte, exceto por um período em 1815 conhecido como o Governo dos Cem Dias. Luís passou 23 anos em exílio, de 1791 a 1814, durante a Revolução Francesa, a Primeira República Francesa e o Primeiro Império Francês, e depois novamente em 1815 durante os Cem Dias quando Napoleão Bonaparte voltou da Ilha de Elba.

¹⁸ Benjamin Constant (1833-1891) foi um militar, político e professor brasileiro, republicano. Foi também o grande divulgador do positivismo no Brasil. Em 1887, Benjamin fundou o Clube Militar, importante centro de propaganda republicana, do qual era o presidente. No dia 9 de novembro de 1889 presidiu a sessão em que foi decidida a queda da monarquia. Atuando junto ao Partido Republicano, garantiu o apoio de Deodoro da Fonseca. Proclamada a República, assumiu a pasta de “Ministro da Guerra” do Governo Provisório e em 1890 assumiu o posto de “General-de-brigada”.

¹⁹ MIRANDA, Jorge, 1977, p. 41

²⁰ Miguel I (1801-1866), nascido em Lisboa, sendo o nome completo, Miguel Maria do Patrocínio João Carlos Francisco de Assis Xavier de Paula Pedro de Alcântara António Rafael Gabriel Joaquim José Gonzaga Evaristo, foi apelidado de "o Absolutista" e "o Tradicionalista", foi o Rei de Portugal e Algarves entre 1826 e 1834 e pretendente ao trono português entre 1834 e 1866, sendo o terceiro filho varão do rei D. João VI de Portugal e de Carlota Joaquina da Espanha e irmão mais novo do rei D. Pedro IV de Portugal ou Pedro I do Brasil

²¹ A constituição de 1831 definiu a Bélgica como uma monarquia unitária, em que o rei compartilhava o poder com as duas câmaras legislativas. O poder executivo cabe ao monarca, que o exerce por intermédio de ministros e o poder legislativo, coletivamente ao rei, à Câmara de Representantes e ao Senado.

Contudo, teve uma vigência curta. Em 10 de Fevereiro de 1842, Costa Cabral²², ao regressar a Lisboa procede com um golpe contra o Estado Português e restaura a Carta Constitucional de 1826.

A transformação do Reino para República de Portugal é datada no ano de 1911, com uma constituição que cria a figura do Presidente da República. Apesar da simplificação do professor Antônio Reis da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em sua publicação “Portugal Contemporâneo”, onde ele afirma que “a única originalidade da Constituição de 1911 foi a substituição do Rei pelo Presidente”, podemos perceber várias mudanças importantes.

O texto constitucional de 21 de Agosto de 1911, aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte, foi eleito por sufrágio direto, em consequência da Revolução Republicana de Outubro de 1910. A República foi proclamada em Lisboa em 5 de Outubro de 1910 depois de vários episódios históricos, como o marcante Regicídio em 1908 do Rei D.Carlos I de Portugal, dos Algarves²³ e do seu herdeiro, Luís Filipe, Príncipe Real de Portugal, assassinados por simpatizantes dos interesses Republicanos, auxiliados por elementos dentro da Carbonária Portuguesa²⁴, políticos desencantados e antimonarquistas. Os acontecimentos ocorreram em 1 de fevereiro de 1908 na Praça do Comércio, junto ao rio Tejo, em Lisboa, conhecido pelo seu antigo nome de Terreiro do Paço²⁵. O Governo Provisório se iniciou após o 5 de Outubro de 1910, que teve inúmeros poderes, assim administrando o País e foi presidida por Theophilo Braga²⁶. A Assembleia Constituinte reuniu-se, pela primeira

²² António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), foi 1.º conde, 1.º marquês de Tomar, conhecido simplesmente por Costa Cabral, atuou como Presidente do Conselho de Ministros do Reino de Portugal.

²³ Carlos I (1863 - 1908) foi o Rei de Portugal e Algarves, sendo seu nome Carlos Fernando Luís Maria Victor Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis José Simão de Bragança Sabóia Bourbon e Saxe-Coburgo-Gotha; era conhecido como “o Diplomata”.

²⁴ A Carbonária Portuguesa era uma organização secreta, sem ligações formais à Maçonaria Portuguesa ou outras Obediências Maçónicas, embora esta organização se tenha utilizado das estruturas do então Grande Oriente Lusitano Unido para alojar os seus órgãos superiores, tendo colaborado oficialmente com esta Obediência para a implantação da República em 5 de Outubro de 1910. Por causa dessa ocorrência e esgotado o seu objectivo principal, desaparece. (VENTURA, António, A Carbonária em Portugal 1897-1910, Livros Horizonte, 2008)

²⁵ DE CASTRO, Anibal Pinto. O Regicídio de 1908.

²⁶ Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843 - 1924), assinava Theophilo Braga, era poeta, sociólogo, político, filósofo e ensaísta literário português. Estreia-se na literatura em 1859 com Folhas Verdes. Bacharel, Licenciado e Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lecionou literatura no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa. Depois de ter presidido ao Governo Provisório da República Portuguesa, a sua carreira política terminou após exercer de forma curta o cargo de

vez, em 19 de Junho de 1911; sancionou a revolução republicana, e veio a eleger uma comissão encarregada de elaborar o projeto para o novo texto constitucional. Foram apresentados à Assembleia textos escritos por Teófilo Braga e Basílio Teles²⁷. A discussão sobre o problema do presidencialismo e sobre a questão da existência de uma ou duas Câmaras foi bastante intensa e com muitos conflitos.²⁸²⁹

As principais fontes da Constituição Política da Republica Portuguesa de 1911 são: a Constituição Republicana Brasileira de Fevereiro de 1891 e as Constituições do regime liberal português, sobretudo a de 1822. Exerceu também considerável influência no texto constitucional de 1911 o programa do Partido Republicano. Nela o poder legislativo é exercido pelo Congresso da República, de forma bicameral, Câmara dos Deputados e Senado, eleitas pelo sufrágio direto dos cidadãos eleitores. Os deputados são eleitos por três anos e os senadores por seis anos. O Presidente da República era eleito de forma indireta através do Congresso da República. A seção II do título III trata do poder executivo. Este era exercido pelo Presidente da República e pelos ministros.

Em 1926 o Golpe Militar derrubou a Primeira República Portuguesa. O governo imposto foi chefiado pelo Comandante Mendes Cabeçadas, dissolveu o parlamento e suspendeu a Constituição de 1911, acabando com as liberdades políticas, individuais e com a ordem política vigente. Os problemas econômicos e financeiros não se resolveram e não houve consenso na condução de Portugal, assim criando um cenário de instabilidade em 1928, quando se elegeu de forma direta o presidente da República Óscar Carmona³⁰ e surgiu a figura do professor

Presidente da República, em substituição de Manuel de Arriaga, entre 29 de Maio e 5 de Outubro de 1915.

²⁷ Basílio Teles (1856 - 1923) foi um professor, ensaísta e político republicano português. Em 1911 apresentou um programa político que incluía a pena de morte, a suspensão das garantias por tempo indeterminado e o encerramento das escolas até serem totalmente reformadas pela República. (Universidade do Porto)

²⁸ SERRÃO, Joel, 1976; p. 221

²⁹ MIRANDA, Jorge, 1977; p.183

³⁰ António Óscar Fragoso Carmona (1869 - 1951) foi um militar e governante português, como presidente do Ministério e presidente da República Portuguesa. Estudou no Colégio Militar em Lisboa entre 1882 e 1888 e na Escola do Exército entre 1889 e 1892, de onde saiu como oficial de Cavalaria. Republicano, iniciado na Maçonaria, foi nomeado pelo governo revolucionário republicano, a 15 de Outubro de 1910, membro da Comissão de Reestruturação do Exército. É um dos líderes do golpe militar de 28 de Maio de 1926, foi Ministro da Guerra entre 9 de Julho e 29 de Novembro, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 3 de Junho a 6 de Julho de 1926, pasta que acumulou com a de presidente do Ministério — após o derrube do general Gomes da Costa — a partir de 9 de julho de 1926. Foi nomeado presidente da República interino em 26 de Novembro de 1926. Eleito em 1928, ainda durante a Ditadura Militar, dando início ao período denominado Ditadura Nacional e, já na

António de Oliveira Salazar para Ministro das Finanças. Inicia-se, assim, a "Ditadura Nacional", baseada na "legitimidade" da eleição presidencial direta de Óscar Carmona.

ESTADO NOVO PORTUGUÊS

Brasil³¹ e Portugal compartilham inúmeros fatos e marcos históricos, inclusive períodos históricos, como o chamado "Estado Novo". No Brasil, o período foi de 1937 a 1946 onde foi governado por Getúlio Vargas em uma ditadura presidencial, enquanto em Portugal o referido período surgiu após o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, suspendendo a primeira constituição republicana do país. Nesse sentido, o Estado Novo encerrou o período do liberalismo político em Portugal, desfazendo-se com isso não só da Primeira República, como também do Constitucionalismo monárquico.

O período é marcado pela figura de António de Oliveira Salazar, professor catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra, Ministro das Finanças durante a Ditadura Nacional. A constituição datada de 1933 foi coordenada por um grupo de professores de direito, a convite de Salazar, que se debruçaram pelos esboços de Quirino Avelino de Jesus³², depois revisado por Marcello Caetano³³ e Domingos Fezas Vital³⁴. O

vigência da Constituição de 1933, em 1935, 1942 e 1949, não concluindo o último mandato por ter falecido no decurso do mesmo.

³¹O "Estado Novo" no Brasil (1937-1946), também conhecido como Era Vargas, teve como protagonista o Presidente Getúlio Dornelles Vargas, um dos líderes da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha. O Estado Novo brasileiro foi um período caracterizado pela centralização do poder político, nacionalismo, e um forte combate a ideologias, censura à imprensa e autoritarismo. Em 10 de novembro de 1937, Vargas instituiu o Estado Novo em um pronunciamento em rede de rádio, no qual lançou um Manifesto à nação, no qual dizia que o regime tinha como objetivo "reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país". A concretização do poder de Vargas se deu através da Constituição de 1937, quarta Constituição do Brasil e a terceira da república, é marcada por forte centralização de poder junto ao Presidente, foi redigida pelo jurista mineiro, Francisco Luís da Silva Campos, ministro da Justiça do novo regime, e obteve a aprovação prévia de Vargas e do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra.

³²Quirino Avelino de Jesus (1865 — 1935) foi um advogado, poeta e jornalista que se destacou na defesa pública das posições da Igreja católica Romana durante os anos finais da Monarquia Constitucional e a Primeira República Portuguesa, nomeadamente durante as controvérsias que rodearam a tentativa de reintrodução em Portugal das congregações religiosas e a sua posterior dissolução. Foi deputado às Cortes e especialista em questões coloniais, sendo apontado como um dos ideólogos do Acto Colonial.

³³Marcello José das Neves Alves Caetano (1906 - 1980) foi um juriconsulto, professor de direito e político português. Proeminente figura durante o regime salazarista, foi o último Presidente do

documento constitucional foi apreciado pelo Conselho Político Nacional e publicado pela imprensa; a Constituição representou a concretização dos ideais de Salazar, marcada pelo corporativismo, na doutrina da Igreja Católica e no nacionalismo.

As principais influências da Constituição de 1933 foram a Carta Constitucional de 1826 e as Constituições Alemãs de 1871 e 1919³⁵. A figura do Chefe de Estado era subalternizada, efetivando-se a confiança política. Ao contrário do disposto na Constituição, o Presidente da República respondia perante o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar. Assim, não é de se estranhar que a partir de 1959, ano de revisões na Constituição, a eleição do Presidente da República tenha se legitimado por meio do sufrágio indireto. Deste modo, havia um único partido, a União Nacional, sendo todos os outros abolidos³⁶. O Parlamento é bicameral, composto por uma Assembleia Nacional, constituída por deputados escolhidos através de um processo eleitoral nominal que acaba eventualmente influenciando fortemente pelo Governo, de forma a assegurar que se discutiam, problemas e soluções concretas ao invés de ideologias, e por uma Câmara Corporativa, representante da sociedade civil, com um papel consultivo.

Em síntese, os principais pontos da Constituição são: O compartilhamento dos vários pólos de governança dos territórios Portugueses através de autonomia governamental e orçamental; o estabelecimento de um Governo autárquico, assim almejando que Portugal produzisse tudo aquilo de que necessitava para consumo, não ficando dependente das importações; a criação de uma Assembleia Nacional de eleição nominal; o poder delegado ao Executivo de legislar por força de Decretos-Lei e de rever as legislações emitida pela Assembleia Nacional; a responsabilização do Presidente do Conselho de Ministros perante o Chefe de Estado para assegurar a sua honestidade e senso de integridade moral perante os poderes públicos nele

Conselho do Estado Novo. Foi exilado no Brasil, prosseguiu a sua atividade académica como diretor do Instituto de Direito Comparado da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro. Recebeu, também, o título de Professor honoris causa da Faculdade de Direito de Osasco (UNIFIEO), no Estado de São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro devido a um ataque cardíaco.

³⁴ Domingos Fezas Vital (1888-1953) Foi professor de Direito Constitucional da Universidade de Coimbra. Formado em 1910, assistente desde 1915, doutora-se em 1918. Foi Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra em 1925 e em 1931 a 1934. Reitor da Universidade de Coimbra com a Ditadura Nacional (1927-1930). Passou para Lisboa em 1934, onde assumiu funções de professor da Faculdade de Direito e de procurador à Câmara Corporativa, de 1934 a 1946. Presidente da Junta de Educação Nacional (1940-46). Dirigente da Causa Monárquica e lugar-tenente do duque de Bragança (de 1946 a 1953). Autor de "A Minha Resposta", Coimbra, 1919, quando é alvo de uma sindicância, juntamente com Salazar e outros.

³⁵ Constituição Imperial de Bismarck, *Bismarcksche Reichsverfassung*.

³⁶ O Partido da União Nacional foi fundado e presidido por Salazar entre 1934 e 1969, substituído por Marcelo Caetano até 1973.

investido; e a criação de uma Câmara Corporativa para permitir a representação da sociedade civil.

Desta forma, é criada uma República Corporativa de forma unitária regional, incorporando as "províncias ultramarinas", consagrando o ideal de Salazar de preservar a Nação Portuguesa "do Minho a Timor". "O Ato Colonial no entanto preconizava a separação completa da governação entre a metrópole e as Províncias Ultramarinas."³⁷

A Constituição Política da República Portuguesa de 1933 foi a constituição política que vigorou em Portugal entre 1933, ano em que cessou a Ditadura Nacional, e 1976, data em que a atual Constituição entrou em vigor. No prosseguimento, em 1974, o regime do Estado Novo foi deposto pela Revolução de 25 de abril.

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA

A Revolução dos Cravos, acontecida em 25 de abril de 1974, depôs o Estado Novo Português³⁸, foi liderada pelo Movimento das Forças Armadas³⁹, um grupo de militares que tinham como oposição o regime e o descontentamento pela política seguida pelo governo em relação à Guerra Colonial, o período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas colónias — Angola, Guiné-Bissau e Moçambique — ocorridos entre 1961 e 1974. O regime salazarista não reconhecia a existência de um conflito armado, considerando os levantamentos armados dos movimentos de libertação como atos terroristas.

O Movimento das Forças Armadas foi liderado principalmente pelos capitães Salgueiro Maia⁴⁰ e Otelo Saraiva de Carvalho⁴¹, muito atuante na Guerra Colonial.

³⁷ CAETANO, Marcelo. Manual de Ciências Políticas e Direito Constitucional, tomo I, ISBN 978-972-400-517-1

³⁸ ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). Estampa, 1998.

³⁹ 1974: Rebels seize control of Portugal, BBC

<http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/april/25/newsid_4754000/4754581.stm>

⁴⁰ Fernando José Salgueiro Maia (1944 – 1992), foi um militar português. Foi um dos capitães do Exército Português que liderou as forças revolucionárias durante a Revolução de 25 de Abril de 1974, que marcou o final da ditadura em Portugal. Depois da Revolução dos Cravos, se licenciou em Ciências Políticas e Sociais, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa.

Inicialmente, o movimento buscava prestígio para as Forças Armadas de forma corporativista, culminando em uma adesão em massa da população ao movimento. Desta forma, o governo e a direção de Portugal foram entregues à Junta de Salvação Nacional, que assumiu os poderes dos órgãos do Estado. A junta era constituída por militares e tinha como missão dar início a um governo de transição, em um programa visando democratizar, descolonizar e desenvolver Portugal.

Em 15 de maio de 1974, o General António de Spínola⁴² foi nomeado Presidente da República pela Junta de Salvação Nacional. O cargo de primeiro-ministro seria atribuído a Adelino da Palma Carlos⁴³. Houve um período de muita comoção social, política e militar conhecido como o PREC - Processo Revolucionário em Curso - marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações e confrontos militares que terminaram com o 25 de novembro de 1975. Em 25 de abril de 1975, têm lugar as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, que foram ganhas em sua maioria pelo Partido Socialista (PS). Na sequência dos trabalhos, a Assembleia elaborou uma nova Constituição de forte influência socialista. Porém, as revisões constitucionais adequaram Portugal aos princípios da economia de mercado vigentes na União Europeia e estabeleceram uma democracia parlamentar sólida. A constituição foi aprovada em 1976 pela maioria dos deputados, abstendo-se apenas o CDS - Partido Popular.

A Constituição de 1976 entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976 e teve 7 revisões constitucionais, sendo elas em: 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005, sendo a Constituição de 1976 a que sofreu mais revisões constitucionais, ainda mais do que a Carta Constitucional de 1826. Conforme Jorge Miranda,

⁴¹ Otelio Nuno Romão Saraiva de Carvalho (1936 -) é um militar português. Responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora e Executiva do Movimento dos Capitães, elaborou o plano de operações militares do 25 de Abril de 1974. Dirigiu, além disso, as operações com outros militares, a partir do posto da Pontinha, no Regimento de Engenharia nº 1, onde esteve em permanência desde o fim da tarde de 24 de abril até ao dia 26 de abril de 1974. Depois da revolução, foi nomeado comandante da Região Militar de Lisboa, e Comandante do Comando Operacional do Continente. Nos anos 1980 esteve vinculado à organização armada clandestina Forças Populares 25 de Abril, e foi condenado à prisão.

⁴² António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910 - 1996) foi um militar e político português, décimo quarto presidente da República Portuguesa e o primeiro após o 25 de Abril de 1974. Foi Governador da Guiné Portuguesa entre maio de 1968 a agosto de 1973 e Presidente da Junta de Salvação Nacional.

⁴³ Adelino Hermitério da Palma Carlos (1905 — 1992) foi um professor universitário, advogado e político português. Foi primeiro-ministro do I Governo Provisório (de 16 de Maio a 18 de Julho de 1974). Como 11.º bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses teve um importante papel na consolidação institucional e na internacionalização daquela corporação. Foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, a principal organização da maçonaria portuguesa.

professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o texto constitucional de 1976 é a mais vasta e a mais complexa que todas as Constituições anteriores – por receber os efeitos do denso e heterogêneo processo político do tempo da sua formação, por aglutinar contributos de partidos e forças sociais em luta, por beber em diversas internacionais ideológicas e por reflectir a experiência político-constitucional do país⁴⁴.

O texto constitucional é extenso, compõe um preâmbulo e 312 artigos, sendo estes, divididos da seguinte forma: "Princípios fundamentais"; parte I – "direitos e deveres fundamentais"; parte II – "Organização económica"; parte III – "Organização do poder político"; parte IV – "Garantia e revisão da Constituição"; e "Disposições finais e transitórias". De acordo com Miranda, podemos perceber algumas marcas de originalidade na Constituição Portuguesa de 1976 como:

“— Não só no dualismo de liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais mas também no enlace entre eles, operado, designadamente, pelo artigo 17. — Na constitucionalização de novos direitos e da vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias. — Na recepção formal da Declaração Universal dos direitos do Homem enquanto critério de interpretação e integração das normas sobre direitos fundamentais. — Não só na proclamação do direito ao ambiente mas também na atribuição ao cidadão ameaçado ou lesado da faculdade de pedir a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização. — No desenvolvimento emprestado à matéria da comunicação social e na constitucionalização dos direitos dos jornalistas. — Na proibição do *lock-out*. — No apelo à participação dos cidadãos, associações e grupos diversos nos procedimentos legislativos e administrativos; ou seja, à democracia participativa. — No tratamento sistemático prestado às eleições, aos partidos, aos grupos parlamentares e ao direito de oposição. — Na redobrada preocupação com os mecanismos de controle recíproco dos órgãos de poder e na constitucionalização do *ombudsman* (o provedor de Justiça). — Na coexistência de semipresidencialismo a nível de Estado, sistema de governo parlamentar a nível de regiões autónomas e sistema directorial a nível de municípios. — No sistema de fiscalização da constitucionalidade, com as quatro vias referidas, e no carácter misto de fiscalização concreta, com competência de decisão de todos os tribunais e recurso, possível ou necessário, para a Comissão Constitucional, primeiro, e depois para o Tribunal Constitucional. — Na extensão da norma definidora de limites materiais de revisão constitucional.”⁴⁵

Assim, podemos perceber que a escolha portuguesa se deu primordialmente em favor de um documento político garantista e programático, conjugando as visões liberais e sociais em um sistema normativo único fundado nas noções de direitos económicos, sociais, no sistema de governo presidencial, na descentralização dos poderes, e no controle constitucional difuso e concreto dos atos públicos.

⁴⁴ <<https://www.publico.pt/2006/04/06/jornal/a-constituicao-de-1976--ontem-e-hoje-72152>>

⁴⁵ MIRANDA, Jorge, 2007, p. 253

Fundamentalmente, pode-se observar que os direitos fundamentais assumiram uma marcante presença no dispositivo constitucional, por se apresentarem em grande quantidade e ter um aspecto de superioridade hierárquica quanto às demais normas, servindo como parâmetro para a regulamentação dos conteúdos que disciplinam com maior nível de abstração. Além disso, os direitos e garantias, tanto os direitos clássicos como também os “novos direitos”, nos dizeres de Jorge Miranda, foram enumerados e definidos em seu conteúdo, garantindo clareza nas condições de efetivação. Cabe ressaltar as importantes alterações na concepção jurídico-política positiva do direito de propriedade não mais como liberdade, mas como direito social e cultural, além da criação dos direitos fundamentais dos direitos dos trabalhadores.

Optou-se por um Sistema de Governo semipresidencialista em que a figura da presidência seria imbuída não de competências meramente representativas, e nem mesmo das competências relativas a um chefe do poder executivo. Na verdade, constituiu-se como uma presidência arbitral eleita pelo sufrágio direto e universal, nas palavras de Jorge Miranda

[...] um presidente arbitral embora com capacidade de intervenção efectiva, no âmbito de um parlamentarismo racionalizado, como um presidente mais forte, regulador do sistema político, de tipo semipresidencial.⁴⁶

Além da presidência, foram constituídos três órgãos soberanos, o Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo. segundo o supracitado autor, são os aspectos fundamentais:

“-Atribuição ao presidente da República, também presidente do Conselho da Revolução, sobretudo de poderes relativos à constituição e ao funcionamento de outros órgãos do Estado e das regiões autónomas, do poder de promulgação e veto e do poder de declaração do Estado de sítio ou do Estado de emergência. - Condicionamento dos principais actos do presidente da República pelo Conselho da Revolução. -Sujeição a referendo ministerial apenas de certos actos do presidente da República. -Atribuição à Assembleia da República, parlamento unicameral, sobretudo do primado da função legislativa e de funções de fiscalização do Governo e da Administração pública. -Consideração do Governo como o órgão de condução da política geral do país, sendo o Conselho de Ministros presidido pelo presidente da República apenas a solicitação do Primeiro-Ministro. -Eleição direta do presidente da República, com candidatos propostos por grupos de cidadãos e em data nunca coincidente com a da eleição dos Deputados. -Exigência de maioria absoluta para a eleição do presidente da República. -Eleição dos Deputados à Assembleia da República segundo o sistema proporcional e o método de Hondt e com candidaturas reservadas aos partidos. -Duração diferenciada do mandato

⁴⁶ MIRANDA, Jorge, 2007, p. 264

presidencial – cinco anos – e da legislatura – quatro anos e inelegibilidade do presidente para terceiro mandato consecutivo e durante o quinquénio subsequente a segundo mandato consecutivo. -Incompatibilidade das funções de deputado e de membro do governo. -Sujeição da Assembleia da República à dissolução pelo presidente da República, verificados certos requisitos, designadamente parecer favorável do Conselho da Revolução. -Formação do governo por acto do presidente da República "tendo em conta os resultados eleitorais", seguido da apreciação do seu programa pela Assembleia da República. -Responsabilidade política do Governo perante ambos os órgãos, não sendo, porém, necessária a confiança positivamente afirmada (pelo menos, da Assembleia) para que ele subsista, e bastando a não desconfiança explícita, excepto quando fosse o próprio Governo a pedir um voto de confiança. -Proibição de dissolução da Assembleia da República por efeito de rejeição do programa do Governo, salvo no caso de três rejeições consecutivas (artigo 198, no. 2) e, em contrapartida, dissolução obrigatória quando a Assembleia houvesse recusado a confiança ou votado a censura ao governo, determinando por qualquer destes motivos a terceira substituição do governo.”⁴⁷

⁴⁷ MIRANDA, Jorge, 2007, p. 261

II - SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

OS SISTEMAS E AS FORMAS DE ESTADO E GOVERNO

Os regimes políticos, sistemas de governo, formas de governo e as formas de Estado são operacionalizações extremamente importantes para as Ciências do Estado. Nos regimes políticos podemos observar as instituições políticas se organizando através de um Estado e como elas exercem o seu poder diante da sociedade, podendo ter regimes democráticos, autocráticos e totalitários. Já nos sistemas de governo percebemos como os poderes se relacionam, especialmente o executivo e o legislativo, que podem ser definidos basicamente em: Parlamentarismos, Presidencialismos e no Semipresidencialismo. As concepções de Formas de Governo vêm tradicionalmente em uma interlocução de clássicos entre Maquiavel e Montesquieu, de forma recente, assim como de Aristóteles na antiguidade. Para Maquiavel, só existiam duas formas de governo, república e principado; já Montesquieu entende serem três as formas de governo, a saber, república, monarquia e despotismo. Nos tipos de Estado leva-se mais em conta as relações de territorialidade e distribuição de poder, assim temos: Estados unitário, federais ou confederados.

Portugal é uma República constitucional, semipresidencial, com um Estado unitário, porém com dois arquipélagos, sendo eles Açores e Madeira, que constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio. No país existem quatro Órgãos de Soberania: o Presidente da República, eleito de forma direta, a Assembleia da República, parlamento unicameral, o Governo, formado pelo Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro Ministro e Ministros, sendo o poder executivo, eleito de forma indireta pelo parlamento, nomeado pelo Presidente, e condicionado inicialmente aos resultados eleitorais, além dos Tribunais.

De acordo com o Professor José Luiz Borges Horta, partindo da Teoria das Formas Políticas, podemos pensar nos sistemas de governo idealizados através de Subsistemas, dos desenhos das Chefias de Estado, Governo e da separação de poderes. Com isso, temos basicamente o sistema Parlamentar e Presidencial. Os

subsistemas parlamentares podem ser definidos como Diretorial, Monárquico, Republicano e Semipresidencial; já no presidencialismo temos a forma republicana e despótica.

Definimos o Parlamentarismo Diretorial com uma Chefia de Estado onde existe um rodízio em um conselho eleito pelo parlamento (Inexistindo a Chefia de Governo, onde temos o fenômeno do hiper-parlamentarismo, a Confederação Suíça se aproxima deste modelo). No Sistema Parlamentar Monárquico temos a Chefia do Estado constituída pelo monarca, já no governo temos um líder da maioria onde a relação do executivo e legislativo se apresenta com absoluto predomínio do parlamento; como exemplo desse modelo temos o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; o Reino da Espanha e Reino dos Países Baixos, entre outros. Já no sistema Parlamentar Republicano temos um Chefe de Estado eleito indiretamente através do Parlamento ou colégio eleitoral e uma Chefia do Executivo representada pelo líder da maioria, assim constituindo uma relação de controle parlamentar sobre a direção do Estado, podemos citar a República Federal da Alemanha como exemplo nítido desse modelo. Já no famoso subsistema Semi-Presidencial temos um sistema parlamentar, porém onde o chefe de Estado é eleito de forma direta, como o caso da República Portuguesa e o governo é dirigido pelo parlamento em sua formação com a maioria, assim existindo uma relação de coabitação de poderes.

Já nos sistemas Presidenciais a chefia de Estado e de Governo se fundem na mesma figura que podem ser eleita de forma direta ou indireta. Na eleição do presidente através de colégios eleitorais temos um Presidencialismo Republicano, onde existe um predomínio governamental na relação do Executivo e Legislativo. Já na eleição direta temos um modelo despótico, onde se coloca um hiperpresidencialismo e uma necessidade máxima de coalizão e cooptação do parlamento.

Desta forma fica explicitado como a República Portuguesa é um semi-presidencialismo, na qual o Presidente da República é o Chefe de Estado, sendo eleito pelos portugueses maiores de 18 anos, não existindo obrigatoriedade de voto, para um mandato de cinco anos. O Presidente tem função de fiscalização sobre a atividade do Governo, sendo ele quem nomeia o Primeiro-Ministro e os membros do Governo. Da mesma forma, o Presidente detém o poder de demitir o Governo e exonerar o Primeiro-Ministro e os outros membros do Governo. Possui, além disso, o

poder apelidado de “bomba atômica”, que consiste em dissolver a Assembleia da República e convocar novas eleições, desde que obedeça a regra constitucional, definida no art. 172º que determina que "a Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seis meses posteriores à sua eleição e nem no último semestre do mandato do Presidente da República". O Chefe de Estado também detém o poder de promulgar ou vetar leis aprovadas na Assembleia da República ou decretos-lei aprovados pelo Conselho de Ministros, podendo também pedir a apreciação da sua constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional. O Presidente de Portugal mora no Palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República, e tem alto poder simbólico, distribuindo honrarias, comendas, além de comandar as Forças Armadas do país.

Já a Assembleia da República funciona no Palácio de São Bento em Lisboa, capital do País, sendo eleita para um mandato de quatro anos com 230 deputados, eleitos em 22 círculos plurinominais em listas partidárias. Ou seja, as circunscrições territoriais são divididas em distritos que elegem, pelo voto majoritário, seus representantes, votando em partidos que detêm suas listas ordenadas fechadas de candidatos. Os círculos correspondem aos 18 distritos de Portugal continental, mais 2 círculos das Regiões autónomas, sendo elas, Açores e Madeira, além de, por fim, 2 círculos para os portugueses emigrados na Europa e fora da Europa, que são parcela significativa de Portugueses devido à alta emigração. Compete à Assembleia da República formar o governo, tendo que aprovar o seu programa e o orçamento de Estado e pode derrubá-lo por meio de uma moção de censura. A Assembleia é também o maior órgão legislador, onde são discutidos os projetos de lei e funciona de forma unicameral.

Já o Governo Executivo de Portugal é chefiado pelo primeiro-ministro, que é inicialmente por regra o líder do partido mais votado em cada eleição legislativa e assim é convidado pelo presidente da República para formar Governo e apresentar um programa de governo à Assembleia da República. O Primeiro-Ministro é quem escolhe os ministros, e em conjunto com estes os Secretários de Estado. As competências do Governo estão divididas não só pelo Primeiro-Ministro mas também pelos diversos ministérios. O Governo pode também apresentar propostas de lei à discussão da Assembleia da República como pode legislar autonomamente, aprovando decretos-lei no Conselho de Ministros. O primeiro-ministro reside no Palacete de São Bento.

Já os Tribunais administram a justiça, julgam e equacionam os conflitos. Segundo a Constituição do país existem as seguintes categorias de tribunais: Tribunal Constitucional; o Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais judiciais de primeira instância, chamados de tribunais de comarca, e de segunda instância Tribunais da Relação; O Supremo Tribunal Administrativo e os tribunais administrativos e fiscais de primeira e segunda instância, conhecidos como Tribunais Centrais Administrativos; e o Tribunal de Contas.

O Tribunal Constitucional é a maior instância judiciária de Portugal. É composto por treze juízes, sendo dez eleitos pela Assembleia da República, por maioria qualificada de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria dos deputados em efectividade de funções. Os três restantes são cooptados pelos juízes eleitos, também por maioria qualificada. Todos detêm um mandato de 9 anos e não podem ser reconduzidos. Os Juízes cooptados têm os mesmos poderes que os Juízes eleitos, com excepção do direito de voto aquando da designação de um novo Juiz cooptado, o Tribunal a competência de interpretar a Constituição e fiscalizar a conformidade das leis com a Constituição. Pode fazê-lo preventivamente, por requerimento do Presidente da República, dos Ministros da República, do Primeiro-Ministro ou de 1/5 dos Deputados à Assembleia da República em efectividade de funções, ou posteriormente no âmbito de um processo judicial, ou a requerimento dos mesmos órgãos descritos acima e, também, do Presidente da Assembleia da República, do Provedor de Justiça e do Procurador-Geral da República.

FUNCIONAMENTO DAS ELEIÇÕES EM PORTUGAL

As eleições em Portugal acontecem de forma programada em períodos distintos: temos cinco períodos eleitorais no país. No intervalo de 5 anos temos eleições para Presidente da República e as eleições Europeias, que não são necessariamente síncronas; já no período de 4 anos temos as legislativas nacionais e as legislativas regionais para o Governo Regional dos Açores e Governo Regional da Madeira e as eleições autárquicas e regionais. Além dessas eleições, quanto a questões importantes para a vida em sociedade, pode se convocar referendo nacional ou local.

O Sistema Eleitoral Português para eleição do Presidente da República, se baseia no simples sistema majoritário, ou seja, o candidato ou candidata com maior número de votos se elege. Conforme legislação portuguesa⁴⁸, para se candidatar o candidato deve receber a maioria absoluta dos votos, 50% mais um voto, para ser eleito. Se nenhum candidato alcançar a maioria na primeira volta⁴⁹, deve ser realizada uma segunda volta, entre os dois candidatos que receberam mais votos na primeira. Para se candidatar, cada candidato deve reunir 7.500 assinaturas de apoio um mês antes da eleição e submetê-las ao Tribunal Constitucional de Portugal. Em seguida, o Tribunal Constitucional julga se as candidaturas apresentadas cumprem os requisitos para se submeter à votação, que independe assim dos partidos políticos de forma direta.

Já nas eleições europeias, que ocorrem em todo o Bloco Europeu, Portugal elege 21 eurodeputados, conforme as regras firmadas pelo Tratado de Lisboa⁵⁰; os assentos são atribuídos a cada país de acordo com sua população, com o número hoje de 705⁵¹ eurodeputados. Em quatro Estados-membros da União Europeia, sendo eles Bélgica, Irlanda, Itália e Polónia, o território nacional foi dividido em vários distritos eleitorais para a eleição dos eurodeputados, nos demais Estados, como em Portugal, o país inteiro forma um único distrito eleitoral. Além disso, todos os países realizam suas eleições para o Parlamento Europeu utilizando várias formas de representação proporcional, conforme suas próprias regras. Portugal tem o sistema de listas fechadas, o que não permite aos eleitores alterar a ordem dos candidatos na lista apresentada pelos partidos políticos e as coligações que desejem concorrer às eleições europeias. Os partidos e coligações apresenta as suas listas de

⁴⁸ Artigo 126.º da Constituição da República Portuguesa.

⁴⁹ O mesmo que o chamado “turno” no Brasil.

⁵⁰ O Tratado de Lisboa é um acordo que foi assinado pelos Estados-membros da União Europeia em 13 de dezembro de 2007 na capital Portuguesa, e que reformou o funcionamento da União em 1 de dezembro de 2009, quando entrou em vigor. Ele emenda o Tratado da União Europeia (TUE, Maastricht; 1992) e o Tratado que estabelece a Comunidade Europeia (TCE, Roma; 1957). Neste processo, o TCE foi renomeado para Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

⁵¹ Desde 1 de fevereiro de 2020, o Parlamento conta com 705 eurodeputados (incluindo o presidente), uma vez que os representantes do Reino Unido deixaram de integrar a instituição por conta do Brexit. Enquanto o Reino Unido foi membro da UE, até 31 de janeiro de 2020, o Parlamento Europeu foi composto por 751 eurodeputados. A saída dos 73 eurodeputados britânicos deixou espaço para eventuais futuros alargamentos da UE. No total, 27 dos 73 lugares do Reino Unido foram redistribuídos por outros Estados-Membros, à luz do princípio da proporcionalidade degressiva, e 46 ficaram vagos, podendo ser utilizados para futuros alargamentos da UE. Os 27 lugares foram distribuídos para: França (+5), Espanha (+5), Itália (+3), Países Baixos (+3), Irlanda (+2), Suécia (+1), Áustria (+1), Dinamarca (+1), Finlândia (+1), Eslováquia (+1), Croácia (+1), Estónia (+1), Polónia (+1) e Roménia (+1). Nenhum Estado-Membro perdeu qualquer lugar na 9.ª legislatura.

candidatos em ordem junto ao Tribunal Constitucional, até ao 41º dia anterior ao da eleição. Acontece de cinco em cinco anos e a forma de votação se assemelha muito às legislativas nacionais⁵².

Às Eleições Legislativas Nacionais acontecem de quatro em quatro anos e se destinam a formação e composição da Assembleia da República de Portugal. Atualmente a Assembleia da República tem 230 membros⁵³. O pleito acontece em lista fechada, assim como nas eleições para os eurodeputados; o boletim de voto contém as denominações, as siglas e os símbolos de todos os partidos e coligações concorrentes. A ordem pela qual figuram no boletim resulta dos sorteios realizados pelos tribunais previstos na Lei. O método eleitoral usado por Portugal em suas eleições para distribuições de cadeiras é o método D'Hondt⁵⁴, também conhecido como método dos quocientes ou método da média mais alta; basicamente ele consiste numa fórmula matemática, destinada a calcular a distribuição dos mandatos pelas listas concorrentes, em que cada mandato é sucessivamente alocado à lista cujo número total de votos divididos pelos números inteiros sucessivos, começando na unidade que seja maior. O processo de divisão prossegue até se esgotarem todos os mandatos e todas as possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato, assim favorecendo indiretamente aos partidos maiores. Em caso de igualdade em qualquer quociente, o mandato é atribuído à lista menos votada, para propiciar pluralidade aos parlamentos. Esse mesmo método é usado além de Portugal, na Espanha, Uruguai, Argentina, Finlândia, Dinamarca, entre outros países. Um outro método usado para privilegiar os partidos menores que se assemelham ao D'Hondt é o Método de Sainte-Laguë, usado na Alemanha por exemplo. Não há eleição do primeiro-ministro de forma direta.

As Eleições Legislativas Regionais para o Governo Regional dos Açores e Governo Regional da Madeira, acontecem como as eleições legislativas nacionais e em seus órgãos executivos se tem um Representante da República, nomeado pelo Primeiro-Ministro, acontecem de quatro em quatro anos. São eleitos 47 deputados na Região da Madeira e 57 deputados nos Açores.

Já as Eleições Autárquicas realizam-se de quatro em quatro anos e elegem os órgãos locais no país como: presidentes da Câmara, de forma indireta,

⁵² Comissão Nacional de Eleições, Portugal <<http://www.cne.pt/>>

⁵³ A Constituição Portuguesa estabelece que a sua composição pode variar entre um mínimo de 180 e um máximo de 230 Deputados.

⁵⁴ O método tem o nome do jurista belga que o inventou, Victor D'Hondt.

Assembleias Municipais e Assembleia de Freguesia, cujo vencedor é eleito presidente da Junta de Freguesia, é feita através de lista fechada e permitido a participação de independentes. Passando pelos períodos eleitorais, seu funcionamento, e algumas singularidades, podemos conhecer um pouco da organização do Estado Português e sua estrutura política. Assim podemos passar a compreender um pouco do contexto econômico, social e político que levou à criação da “Geringonça portuguesa”.

OS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES

Portugal conta com um sistema multipartidário, tanto no nível nacional como autonómico ou regional. São 23 partidos reconhecidos pelo Tribunal Constitucional.⁵⁵ No país dominam cinco grandes partidos, ou seja, inicialmente com representação parlamentar; são eles o Partido Socialista (PS), um partido social-democrata; o Partido Social Democrata (PPD/PSD), um partido conservador-liberal; o Bloco de Esquerda (B.E.), partido de ideologia socialista; o CDS – Partido Popular (CDS–PP), partido de índole conservador e democrata-cristão; e o Partido Comunista Português (PCP), que defende o comunismo e o marxismo-leninismo; também pode se juntar o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), partido de matriz verde e ecossocialista, eleito sempre em coligação com o PCP na denominada Coligação Democrática Unitária (CDU), embora alguns outros pequenos partidos já tenham conseguido representação na Assembleia da República. Nas eleições legislativas de 2015, o partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), partido defensor dos direitos dos animais, ganhou um assento na Assembleia da República, quadruplicando a sua representação na nas eleições de 2019. Nas mesmas eleições de 2019, três novos partidos conseguiram eleger um deputado para a Assembleia da República, sendo eles, a Iniciativa Liberal (IL), um partido de matriz liberal, o CHEGA (CH), partido nacional-conservador, e o LIVRE (L), partido ecossocialista. O PS e o PSD são os partidos mais votados em todas as eleições legislativas, contendo mais filiados, e no seu conjunto obtiveram sempre mais da metade do número de deputados na Assembleia da República, criando assim um cenário de bipartidarismo por preferência popular.

⁵⁵ Até fevereiro de 2021.

III - CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO

A FORMAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA

O atentado nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001 marcou profundamente o Ocidente e impôs uma mudança geopolítica, econômica e social que se desdobrou nos primeiros anos do novo século. Guerras, novas alianças estratégicas e políticas econômicas surgiram e construíram uma realidade que afetou drasticamente as relações entre os Estados-Nações, a globalização se tornava uma realidade cada vez mais nítida e acelerada.

Já no Continente Europeu foi firmado o Tratado de Maastricht em 1992, onde uma nova estrutura institucional que se manteria até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2007. O tratado instituiu a cidadania europeia, permitindo residir e circular livremente nos países da comunidade, assim como o direito de votar e ser eleito no Estado de residência para as eleições europeias. Foi também decidida a criação de uma moeda única, o Euro, que entraria em circulação em 2002 sob administração do Banco Central Europeu; assim mudanças acontecem rapidamente em todo o mundo. A internet ganha cada vez mais espaço e as relações sociais se complexificam. Diante desse cenário, uma das grandes crises do século XXI, ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população, e se materializou como a crise financeira de 2007-2008⁵⁶, e logicamente teve consequências claras para todo o mundo. Apesar dos esforços dos bancos centrais que injetaram mais de um trilhão de dólares na economia mundial, a crise se espalhou em cerca de dois anos depois do início, atingindo países europeus, em especial a zona do euro.

Na raiz da crise europeia, a enorme dívida pública é provocada por despesas excessivas, superiores às receitas e pela falta de reserva financeira. De forma geral, a ausência de confiança dos mercados financeiros, o clima de insegurança somado

⁵⁶ A Crise financeira de 2007–2008 foi uma conjuntura econômica global que se sentiu durante crise financeira internacional precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como "crise dos subprimes", ou seja, empréstimos com alto risco.

ao problema fiscal de alguns países europeus culminou em um impacto drástico em alguns Estados. Membros europeus financeiramente mais frágeis, como Grécia e Portugal, ou economias que foram consideradas mais fortes até aquele momento, como Itália e Espanha, estavam gastando mais do que podem pagar por muitos anos. Portanto, o Estado passou a financiar despesas por meio de empréstimos. Porém para criação da moeda única europeia, instituída em 2002, o Tratado de Maastricht (1992), estabeleceu para os países-membros que a relação entre dívida pública e produto interno bruto (PIB) não poderia ultrapassar o limite de 60%, gerando assim reações fortes do Banco Europeu e do Fundo Monetário Internacional após a explosão da crise financeira de 2007-2008.

Entre os países da Zona Euro, os chamados PIIGS⁵⁷, sendo eles: Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, tiveram uma crise mais grave em 2011, em decorrência da crise de 2008 e o seu déficit fiscal. Estes países, com exceção da Itália mais industrializada, dependem principalmente do turismo. Para contextualizar, em Portugal:

“o setor do turismo é a maior atividade econômica exportadora do país sendo, em 2019, responsável por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais. As receitas turísticas registraram um contributo de 8,7% para o PIB nacional.”⁵⁸

Em geral, a principal consequência adotada na crise que afetou drasticamente a mobilidade das pessoas por esses países foram as políticas de austeridade, de forma espontânea ou imposta pelos mecanismos financeiros internacionais. O caso mais representativo e um dos mais dramáticos é a Grécia, que teve que assinar um grande empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em troca de cortes de gastos polêmicos, direitos trabalhistas reduzidos, salários de funcionários públicos e privatizações.

As medidas implementadas para superar a crise e buscar novos empréstimos para retomada da saúde financeira dos países europeus foram acompanhadas por diversos protestos, manifestações trabalhistas e sociais, que criticaram as medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu e a

⁵⁷ PIIGS foi um acrônimo pejorativo originalmente usado pela imprensa de língua inglesa, sobretudo do Reino Unido, para designar o conjunto das economias de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Em inglês, o acrônimo significa "porcos", animais por vezes usados em caricaturas para ilustrar a má performance econômica dos cinco países, durante a crise econômica de 2008.

⁵⁸ <http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx>

própria União Europeia. As críticas ocorreram devido aos impactos negativos sobre as populações de países em difícil situação fiscal, como aumento do desemprego, queda da renda, queda dos direitos dos trabalhadores e, à medida que a população envelhece, a renda de muitos aposentados diminuiu, logicamente os ajustes para redução do gasto público.

Assim como na profunda crise econômica que Portugal passaria em 1808, quando o comércio estava decadente, não só pela ocupação francesa como também pela Abertura dos Portos da colônia brasileira em 1808, onde os comerciantes portugueses estavam descontentes, pois haviam perdido o monopólio comercial, situação agravada pelos Tratados de 1810, assinados com os ingleses que colocariam o País em uma situação de plena fragilidade e quase ausência de soberania, a crise econômica que chegou em 2010 abalou o país historicamente conectado ao Brasil. O sentimento daquele momento pode ser traduzido de desolador do ponto de vista econômico e social. Porém, quando nos aprofundamos no que levou a Crise financeira em Portugal de 2010 a 2014, precisamos entender alguns aspectos essenciais.

Mesmo que a crise financeira tenha estourado em 2008, criando um clima de insegurança, medo e desconfiança, ao contrário de outros países, como foi o caso da Irlanda, não houve um estouro de bolha financeira em Portugal. O que ocorreu foi um processo gradual de perda de competitividade, com o aumento dos salários, custos públicos sem controle e a redução das tarifas de exportações de baixo valor da Ásia para a Europa. Assim, enfrentando um baixo crescimento econômico, o governo português encontrou dificuldades para obter a arrecadação necessária para arcar com os gastos públicos. Os principais gastos se deviam em parte a vários projetos caros, em especial, a melhorias no setor de transporte, para aumentar a competitividade. Desta forma, quando estourou a crise financeira global, Portugal passou a enfrentar uma grande dívida pública, que ficou cada vez mais difícil de ser financiada e gerando uma expectativa de não pagamento muito alta. Na impossibilidade direta de decretar moratória, por fazer parte da zona do euro, sofrendo pressão direta do Banco Central Europeu que buscava contornar a crise, assim Portugal seguiu o exemplo de Grécia e Irlanda e pediu ajuda financeira à União Europeia.

PRÉ TROIKA

Diante de um cenário alarmante, o primeiro-ministro português do XVIII Governo Constitucional de Portugal, José Sócrates⁵⁹, para aumentar a confiança na economia, tentou adotar medidas de austeridade para reduzir os gastos do governo. O pacote incluía cortes no pagamento de pensões, aumentos de impostos e altas nas tarifas do transporte público. No entanto, em 22 de Março de 2011, os deputados da Assembleia da República rejeitaram o projeto do IV Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) proposto pelo governo para combater a recessão econômica; a oposição, liderada pelo PSD em conjunto com CDS-PP, CDU e B.E. considerou as medidas drásticas demais e as reprovou. Em virtude do fato, obrigou o país a pedir resgate ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)⁶⁰, como ocorreu de fato, como também se passou na Irlanda e Grécia. Na manhã seguinte à derrota, no dia 23 de Março de 2011, José Sócrates (PS) apresentou o pedido de demissão ao cargo de primeiro-ministro da Nação ao Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva⁶¹. Sócrates permaneceu interinamente até as

⁵⁹ José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa (1957-) foi secretário-geral do Partido Socialista (PS), de setembro de 2004 a julho de 2011 e primeiro-ministro de Portugal de 12 de março de 2005 a 21 de junho de 2011. Tem formação em engenharia técnica pelo Instituto Politécnico de Coimbra e mestrado em Teoria Política pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Além dos cargos, Sócrates foi secretário de Estado-adjunto do Ministério do Ambiente e ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território no governo de António Guterres, e um dos organizadores do campeonato de futebol UEFA Euro 2004 em Portugal. Se envolveu em diversos escândalos de corrupção, estando hoje em prisão domiciliar e preventiva, aguardando julgamento em liberdade.

⁶⁰ O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi criado pelos países da zona euro em 9 de maio de 2010 dentro do Mecanismo de Estabilização Financeira. O Fundo interveio para ajudar a Irlanda, Portugal e a Grécia e foi resultado da crise econômica e financeira mundial.

⁶¹ Aníbal António Cavaco Silva (1939-) foi o 19.º Presidente da República Portuguesa, precedido por Jorge Sampaio e sucedido por Marcelo Rebelo de Sousa em 9 de março de 2016. Frequentou o Instituto Comercial de Lisboa, onde se diplomou em Contabilidade. Trabalhou como militar em Moçambique. Licenciou-se em Economia e Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Viveu no Reino Unido, onde se doutorou em economia pública, pela Universidade de York. No âmbito da sua carreira académica chegaria a professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Cavaco Silva regressou a Portugal pouco antes do golpe de 25 de abril de 1974. Nesse mesmo ano aderiu ao Partido Popular Democrático, designação à época do Partido Social Democrata. Assumiu o cargo de diretor do Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal. Após a vitória da Aliança Democrática, nas eleições legislativas de 1980, foi nomeado Ministro das Finanças e do Plano do VI Governo Constitucional, chefiado por Francisco Sá Carneiro. Cavaco Silva permaneceu neste cargo até janeiro de 1981, quando Francisco Pinto Balsemão foi nomeado como Primeiro-Ministro. Em fevereiro do mesmo ano assumiu o mandato de deputado à Assembleia da República e foi indicado como presidente do Conselho Nacional do Plano. Em meados de 1985 foi eleito presidente do PSD e, nessa qualidade, tornou-se o líder da oposição ao então Primeiro-Ministro Mário Soares. Foi Primeiro-Ministro de Portugal, de 6 de Novembro de 1985 a 28 de Outubro de 1995, tendo sido a pessoa que mais tempo esteve na liderança do governo do país desde o 25 de Abril. Depois de ter sido derrotado por Jorge Sampaio nas eleições

eleições de 5 de junho. Os fatos que se sucederam fizeram com que o Presidente da República antecipasse as eleições legislativas portuguesas de 2011. Estas eleições foram antecipadas após o governo do Partido Socialista, que não tinha a maioria absoluta, ver o chamado "PEC IV" reprovado. Após a convocação de eleições antecipadas, o governo de José Sócrates assinou um pedido de resgate ao FMI, UE e BCE no valor de 78 mil milhões de euros. Já em meio ao governo provisório se juntaram-se na assinatura ao pedido de resgate os partidos PSD e CDS.

As eleições legislativas de 2011 foram marcadas por uma forte abstenção, superior a 40%, o PSD, liderado por Pedro Passos Coelho⁶² obteve uma vitória incontestável ao obter 38,7% dos votos e 108 deputados, podendo formar maioria. O PSD venceu em 19 dos 22 círculos eleitorais, incluindo em distritos como Porto, Lisboa, Coimbra e Castelo Branco onde já não vencia desde 1991. Apesar da vitória, o PSD não tinha maioria absoluta mas conseguiu formar um governo de coligação com o CDS que voltou a obter um excelente resultado. O CDS de Paulo Portas⁶³ voltou a crescer e obteve mais de 11% de votos e 24 deputados, o melhor resultado eleitoral desde 1983.

presidenciais de 1996, conseguiu a eleição como Presidente da República, no primeiro turno, nas eleições de 22 de janeiro de 2006, tendo tomado posse em 9 de Março do mesmo ano. Foi reeleito nas eleições presidenciais de 23 de Janeiro de 2011, terminando em 2016 o seu mandato.

⁶² Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (1964-) nasceu em Coimbra, foi primeiro-ministro de Portugal de 2011 a 2015 e Presidente do Partido Social Democrata (PSD) de 2010 a 2018. Passou a infância na Angola, onde o pai exercia medicina, vivendo em Silva Porto e em Luanda. Regressou a Portugal após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Exerceu o cargo de vereador sem pelouro na Câmara Municipal da Amadora entre 1997 e 2001, altura em que fundou o Movimento Pensar Portugal. Iniciou também, em 2001, o desempenho de vários cargos profissionais enquanto consultor e gestor, exercendo funções em várias empresas, a maioria na área do meio ambiente. No ano de 2004, assume a direção financeira da Fomentinvest, SGPS, S.A., e o cargo de administrador executivo da mesma em 2007. Em 2005, foi eleito presidente da Assembleia Municipal de Vila Real pelo PSD. Em 2008, fundou a Plataforma de Reflexão Estratégica – Construir Ideias, uma plataforma de análise e debate dos temas da agenda do país. Tendo aderido à Juventude Social Democrata em 1978, chegou a presidente da sua Comissão Política Nacional, em 1990, cargo que ocupou até 1995. Foi deputado à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral de Lisboa, entre 1991 e 1999. Integrou a Assembleia Parlamentar da OTAN, até 1995, e foi vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, de 1996 a 1999. Foi candidato a presidente da Câmara Municipal da Amadora, em 1997, exercendo o cargo de vereador até 2001. É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Lusíada de Lisboa, desde 2001. Entre 2007 e 2010, lecionou no Instituto Superior de Ciências Educativas. Atua como professor catedrático na Universidade Lusíada e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

⁶³ Paulo de Sacadura Cabral Portas (1962-) foi Presidente do CDS – Partido Popular. Vice-primeiro ministro de Portugal. Conduziu as negociações para a constituição do XIX Governo Constitucional de Portugal pelo CDS-PP com o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, que culminaram na assinatura a 16 de junho de 2011 de um acordo político para governar denominado "Maioria para a Mudança". No dia 21 de Junho de 2011, toma posse como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros pelo XIX Governo Constitucional de Portugal. Posteriormente, ficou encarregado da Economia para as questões externas, até então a cargo do Ministério da Economia.

Já o PS, com José Sócrates novamente à frente, obtinha o seu pior resultado eleitoral desde 1987 e pela primeira vez desde 1991 ficava abaixo dos 30%, ao conseguir apenas 28,1% dos votos e 74 deputados. Os socialistas apenas venceram nos círculos de Beja, Évora e Setúbal e viram-se completamente arrasados em muitos dos seus redutos eleitorais como Castelo Branco, Coimbra ou Portalegre. A dimensão da derrota levou José Sócrates a pedir a sua demissão como líder do PS na própria noite eleitoral. À esquerda do PS, os resultados foram mistos. A CDU ou PCP-PEV continuava o seu percurso de ligeira ascensão iniciada em 2005 e voltava a eleger mais um deputado, neste caso pelo distrito de Faro, algo que não acontecia desde 1987. Quanto ao Bloco de Esquerda foi um dos grandes derrotados da eleição ao lado do PS ao perder metade do eleitorado e dos deputados que obteve em 2009 ao ficar-se pelos 5,2% e 8 deputados. Desta forma, o Presidente da República, Cavaco Silva, convidou no dia 6 de junho de 2011, Pedro Passos Coelho a formar um governo com “apoio parlamentar maioritário” e apresentar o seu plano de governo à Assembleia da República. Enfim se formou o XIX Governo Constitucional de Portugal, que conduziu o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) de 2011 a 2014.

A TROIKA

A chamada “Troika” foi o conjunto das três instituições, sendo elas: o Banco Central Europeu (BCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia (CE), que estiveram envolvidas no programa de assistência financeira externa, a que o Estado Português esteve sujeito entre 2011 e 2014. O PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, solicitam, oficialmente, e defenderam a vinda da Troika. Mas quem acionou, formalmente, o empréstimo internacional foi o Governo em funções, do Partido Socialista, através do Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos⁶⁴. Ou seja, houve uma filiação de vontades dos partidos PS e PSD que, mesmo em sua polarização, se uniram visando o socorro financeiro⁶⁵, através do

⁶⁴ Fernando Teixeira dos Santos (1951-) é um professor de Economia português. Foi Ministro das Finanças entre 2005 e 2011.

⁶⁵<<https://www.publico.pt/2015/09/10/politica/noticia/a-prova-dos-factos-afinal-quem-chamou-a-troika-em-2011-1707458>>

chamado “Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)” que se firmou no mês de maio de 2011.

Basicamente o PAEF tinha “uma estratégia que visava o restabelecimento da confiança dos mercados financeiros internacionais e a promoção da competitividade e do crescimento económico sustentável”⁶⁶, o projeto de recuperação assentou em três pilares norteadores: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa.

“O pacote de assistência financeira previa, para o período de 2011 a 2014, um total de 78 milhões de euros, dos quais 52 milhões de euros correspondiam a financiamento através dos mecanismos europeus.”⁶⁷ “26 milhões de euros a assistência do FMI. Deste total, 12 milhões de euros foram destinados ao mecanismo de apoio público à solvabilidade do setor bancário”⁶⁸⁶⁹.

O Programa foi desenhado junto a metas a serem cumpridas pelo Estado Português, o cumprimento dos objetivos era avaliado periodicamente pela troika, durante a vigência do PAEF houveram doze missões de revisão. No total foram recebidos onze desembolsos financeiros, representando cerca de 97% do valor total acordado. O Programa terminou em 30 de junho de 2014, sem o desembolso da última parcela prevista.

O Governo de Passos Coelho, após tomar posse já sob o PAEF, logo anunciou medidas de austeridade. Portanto a Troika junto ao Governo de Passos Coelho buscou um reequilíbrio das contas públicas portuguesas e a reformulação da economia através de um programa de reformas estruturais bastante impactante e impopular. Várias medidas como o aumento dos impostos, especialmente do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares - IRS⁷⁰, cortes nos salários e congelamento das carreiras dos funcionários públicos, bem como a imposição de restrições à concursos públicos; o aumento do horário de trabalho na função pública para 40 horas semanais; diminuição e congelamentos das pensões; restrições e constrangimentos na prestação de apoios sociais; a privatização de várias

⁶⁶ Banco de Portugal. <<https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira>>

⁶⁷ Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira e Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

⁶⁸ *Bank Solvency Support Facility*.

⁶⁹ Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira>

⁷⁰ O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, cuja sigla é IRS, é um imposto direto e progressivo, que incide sobre os rendimentos anuais dos contribuintes individuais, tendo esses rendimentos sido auferidos em Portugal. Tanto o IRS como o IRC são impostos sobre o rendimento. O IRS tributa o rendimento das pessoas singulares enquanto que o IRC tributa o rendimento das pessoas coletivas.

empresas, como os correios (CTT), a companhia aérea (TAP), a participação estatal na elétrica portuguesa (EDP) e a empresa gestora dos aeroportos portugueses (ANA) e mesmo medidas como a revogação de feriados nacionais, e a reformulação e liberalização do mercado de locação de imóveis⁷¹. Também foi alvo a atração de investimentos através da criação de um programa de emissão de vistos especiais permanentes para investidores estrangeiros, criação de um regime fiscal especial para investidores e aposentados estrangeiros que escolham mudar-se para Portugal, atraindo muitos franceses e brasileiros. Resumidamente houveram mudanças significativas e drásticas na economia portuguesa.

As medidas refletiram diretamente no rendimento das famílias e também no seu consumo. A queda do consumo e o contexto de incerteza e insegurança que se passava, levou várias empresas a travar o investimento, a reduzir o número de empregados ou ainda a fechar as portas, o que causou um aumento da taxa de desemprego, que alcançou o máximo histórico de 16,2% no final de 2013⁷², no segundo ano do Governo do PSD. Os efeitos pesados das medidas implementadas ficaram nítidas no desempenho da economia portuguesa entre os anos de 2011 e 2014. Portugal entrou em recessão económica logo em 2011, com queda de -1.7% em seu PIB, agravou-se em 2012, com desempenho negativo de -4.1%, tendo iniciado uma trajetória de recuperação em 2013, porém de forma ainda negativa com -0.9%, e no fim do governo, ano de véspera eleitoral de crescimento em 2014 de +0,8% do Produto Interno Bruto⁷³.

Frente a essas medidas, houve um aumento do conflito social, como greves e protestos, em especial no setor público. Também foi constatado um grande aumento da emigração, com quase 200 mil pessoas a saírem do país entre 2011 e 2014⁷⁴. Foi constatado também a perda de centros de decisão empresarial em Portugal, já que as empresas privatizadas pelo governo português foram adquiridas por grupos estrangeiros, com grande presença chinesa inclusive⁷⁵.

Também é possível observar que em parte Portugal conseguiu construir um caminho para a resolução da crise econômica. Logo em 2013 Portugal alcançou um

⁷¹ O mesmo que em Portugal chamado de “arrendamento”;

⁷² <<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2014/03/17/a-evolucao-do-desemprego-em-portugal-taxa-de-desemprego-em-2013-e-a-mais-alta-da-ultima-decada/>>

⁷³ Número aproximados. <<https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298>>

⁷⁴ <<https://observador.pt/2014/06/30/de-2008-2012-o-fluxo-de-emigracao-portuguesa-aumentou-155/>>

⁷⁵ <<http://www.bracier.org.br/noticias/brasil/2175-chinesa-three-gorges-arremata-21-da-edp-por-27-bilhoes.html>>

saldo positivo na sua Balança Comercial, sendo o primeiro deste 1943. O fato se deve sobretudo a um desempenho das exportações que aumentaram em valor de 35% para 40% do PIB Português no período 2011–2013, enquanto o valor das importações se manteve estável durante o mesmo espaço de tempo, na casa dos 38% do PIB⁷⁶. Assim a Troika interviu por 3 anos no Estado Português e deixou uma marca profunda nos portugueses.

PÓS TROIKA

No final de 2014 e início de 2015, os indicadores macroeconómicos de Portugal apontavam para uma rápida melhoria da situação económica; assim, no dia 17 de maio de 2014 foi oficializada a saída da Troika de Portugal. Visto que as eleições legislativas portuguesa eram esperadas para 2015, a campanha e a pré-campanha eleitoral para as legislativas, foram marcadas pela discussão sobre as políticas de austeridade implementadas e pela procura da responsabilidade da culpa pela intervenção da Troika no país, os acontecimentos económicos, políticos e sociais dos anos anteriores fizeram parte da agenda dos principais candidatos e seus partidos. Em agosto de 2014, tinha sido noticiado a falência do segundo maior banco privado português, o Banco Espírito Santo, por atos criminosos de gestão. Um mês depois, a 28 de setembro, em virtude do fraco resultado eleitoral obtido pelo PS nas Eleições Parlamentares Europeias de 2014, realizaram-se as primeiras eleições primárias do partido. António José Seguro⁷⁷ foi derrotado com 31,65% dos votos contra os 67,88% de António Costa⁷⁸, que abandonou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa e, eleito novo secretário-geral do PS, se apresentou como o candidato do partido às legislativas de 2015. No dia 21 de novembro de

⁷⁶ PORTUGAL, Statistics. Instituto Nacional de Estatística. Deaths (No.) by Residence (District/Region), 2016.

⁷⁷ António José Martins Seguro (1962-), membro e antigo secretário-geral do Partido Socialista. Licenciou-se em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e é Mestre em Ciência Política pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL). Atualmente é Professor Auxiliar convidado na Universidade Autónoma de Lisboa e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

⁷⁸ António Luís Santos da Costa (1961-) foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 2007 a 2015. É o atual secretário-geral do Partido Socialista, desde novembro de 2014 e é primeiro-ministro de Portugal desde 26 de novembro de 2015. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi dirigente associativo da Associação Académica desta Faculdade (AAFDL, 1982–1984) e diretor da Revista da AAFDL (1986–1987). Obteve posteriormente uma pós-graduação em Estudos Europeus, no Instituto Europeu da Universidade Católica Portuguesa.

2014, José Sócrates, ex-primeiro-ministro do PS, é um dos quatro suspeitos em investigação sobre fraude fiscal, lavagem de capitais e corrupção. Pela primeira vez na história da democracia portuguesa, um antigo governante e ex-primeiro ministro foi detido. Sócrates foi colocado em prisão preventiva durante 11 meses, tendo a sua medida de coação sido revista para prisão domiciliar cinco dias antes do debate televisivo entre Pedro Passos Coelho e António Costa nas eleições de 2015.

VI - GERINGONÇA PORTUGUESA

“um governo, mas uma geringonça”⁷⁹

AS ELEIÇÕES 2015

As eleições para a Assembleia da República de 2015 realizaram-se no dia 4 de outubro de 2015. A data foi definida pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva em 22 de julho de 2015. A campanha eleitoral aconteceu entre os dias 20 de setembro e 2 de outubro de 2015. Os principais partidos que disputaram a eleição foram PSD e o CDS-PP em coligação denominada “Portugal à Frente”, o PS, o Bloco de Esquerda, o CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) é uma coligação formada pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista "Os Verdes"; também o PAN, Pessoas–Animais–Natureza, entre outros partidos.

Nas eleições legislativas de 2015, o PSD e o CDS-PP apresentaram uma candidatura conjunta - PàF, “Portugal à Frente”, apostando num discurso de continuidade e dias melhores. Durante a campanha, a coligação falou pouco, contudo, quando o fez, foi incisiva e funcional, optando por se manifestar em função dos assuntos que poderiam, de alguma forma, valorizar e não comprometer os resultados do período em que esteve no Governo. Em geral, quando o assunto não interessava, a PàF optou por se remeter ao silêncio, definindo quem falava e quando falava. Já a campanha do Partido Socialista, o seu principal rival, foi pautada pela tentativa em se assumir como a mudança de que o país necessitava. Falou muito e foi, sobretudo, muito falado, porém as intervenções do seu líder não conseguiram cimentar o PS como uma alternativa ao Governo cessante: a campanha foi marcada por uma série de incidentes que prejudicaram a sua imagem. A ligação entre António Costa e José Sócrates, de quem havia sido número dois, constituiu-se como o maior fantasma que assombrou a campanha do PS e que foi convenientemente atizado pela coligação oposta.⁸⁰

⁷⁹A célebre frase foi dita pelo político conservador Paulo Portas, então presidente do CDS — Partido Popular, que fez um duro discurso contra o primeiro-ministro António Costa, que liderou a coalizão que fundou o XI Governo Constitucional de Portugal. Atribuiu-se a titularidade do termo neste contexto ao cronista Vasco Pulido Valente.

⁸⁰ NINA, Susana Rogeiro. Debates televisivos e campanhas eleitorais Eleições legislativas de 2015: O debate António Costa versus Pedro Passos Coelho. Comunicação Pública, v. 12, n. 22, 2017.

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

O Partido Social Democrata⁸¹ é um dos principais partidos políticos portugueses, ideologicamente classificado como de centro-direita, liberais conservadores⁸². Foi fundado em 6 de maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro⁸³, Francisco Pinto Balsemão⁸⁴ e Joaquim Magalhães Mota⁸⁵ sob o nome Partido Popular Democrático (PPD). Foi legalizado em 25 de Janeiro de 1975, passando a designar-se a 3 de Outubro de 1976 como Partido Social Democrata (PSD). Sozinho ou em coligação, o PSD liderou 11 Governos na III República Portuguesa. Apesar do nome 'Social Democrata', criado para disputar espaço político com o centro-esquerda, o PSD é atualmente um partido de centro a centro-direita, com posições reformistas em questões de costumes e liberais em questões económicas.

O PSD é um partido europeísta e pró-União Europeia, que defende a integração europeia e a permanência de Portugal na União Europeia.⁸⁶ A legenda apoiou também a entrada na zona do euro, defende uma maior aproximação aos Estado Unidos da América e a uma maior relação bilateral entre Portugal e os EUA, também é pró-OTAN e defende o reforço da presença portuguesa na OTAN, além de defender que os gastos militares cheguem à meta de 2%; desta forma o partido tem posições favoráveis ao atlantismo.

A liderança do partido por Manuela Ferreira Leite⁸⁷, que seria também a primeira mulher portuguesa a chefiar um partido político de 2008 a 2010, não resistiu

⁸¹ Site oficial <<https://www.psd.pt/>>

⁸² <<http://www.parties-and-elections.eu/portugal.html>>

⁸³ Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro (1934 – 1980) fundador e líder do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, e ainda primeiro-ministro de Portugal, durante cerca de onze meses, no ano de 1980. Morreu no exercício das funções de primeiro-ministro na Tragédia de Camarate (acidente aéreo, sem conclusão das investigações), em 4 de dezembro de 1980. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1956, dedicou-se ao exercício da advocacia e à política.

⁸⁴ Francisco José Pereira Pinto Balsemão (1937-) foi primeiro-ministro de Portugal entre Janeiro de 1981 e Junho de 1983. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e empresário do ramo de comunicações.

⁸⁵ Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota (1935 — 2007) licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi um dos fundadores do PSD. Foi ministro da Administração Interna do I Governo Provisório e ministro sem pasta do II, III e IV Governos Provisórios.

⁸⁶ <<https://europeelects.eu/portugal/>>

⁸⁷ Maria Manuela Dias Ferreira Leite (1940-) licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, obtendo os prémios de Aluno Mais Distinto do Curso, Aluno Mais Classificado do Curso de Economia e de Aluno Mais Classificado na Cadeira de Política Ultramarina. Foi a primeira mulher portuguesa a chefiar um partido político. Foi membro do Conselho de Estado, entre 2006 e 2008, e professora catedrática convidada do Instituto Superior de Gestão, onde foi co-

à derrota nas eleições legislativas de 2009 do partido, embora o partido tivesse obtido uma surpreendente vitória nas eleições europeias realizadas poucos meses antes. Por conseguinte foi sucedida por Pedro Passos Coelho, que venceu as eleições directas de 27 de Março de 2010 com 61,06% dos votos, derrotando internamente Paulo Rangel, Aguiar-Branco e Castanheira Barros, e acabou se tornando primeiro-ministro ao vencer as eleições legislativas de 2011. Sem maioria absoluta, o PSD viu-se obrigado a refazer a coligação com o CDS/PP para formar governo. Passos Coelho assumiu claramente um programa economicamente liberal, virando ideologicamente o partido à direita e afastando-se da matriz moderada do PSD. Governando sob o regime de assistência financeira da Troika, o governo de Passos Coelho apostou por uma política de privatizações, flexibilização no mercado de trabalho e cortes de salários, pensões e benefícios, o que provocou vários protestos no país⁸⁸ e uma demarcação clara de dois grupos dentro do PSD, um de tendência mais liberal, liderado por Passos Coelho e outro mais ligado ao centro, ligado a figuras como Manuela Ferreira Leite e Rui Rio⁸⁹, que veio a se tornar presidente do partido. O PSD é um dos maiores partidos de Portugal, junto ao PS, seu principal opositor, desta forma tendo uma polarização clara entre os partidos nacionalmente. O partido governou individualmente ou por coligações por 8 mandatos desde 1975, sendo o antagonista diante da chamada “Geringonça Portuguesa”.

O PARTIDO SOCIALISTA

O Partido Socialista é também um dos maiores partidos políticos portugueses, de posicionamento de centro-esquerda, fundado a 19 de abril de 1973 por militantes da Acção Socialista Portuguesa (ASP).

A agremiação nasceu com tendências internacionalistas e tem em sua data de nascimento o dia 19 de abril de 1973, na cidade alemã de Bad Münstereifel, onde

responsável pelos Serões de Política Económica e pela pós-graduação em Gestão Pública, entre 2005 e 2008. Foi Ministra de Estado e das Finanças e Ministra da Educação de Portugal.

⁸⁸Como exemplo as manifestações de 15 de Setembro de 2012, consideradas uma das maiores depois do 1º Primeiro de Maio em 1974.

⁸⁹Rui Fernando da Silva Rio (1957-) licenciou-se em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Foi Presidente da Câmara Municipal do Porto entre 2002 e 2013. É Presidente do Partido Social Democrata (PSD) desde fevereiro de 2018.

militantes portugueses da Acção Socialista Portuguesa junto a diversos núcleos de vários países, de entre outros países e cidades de Londres, Paris, Genebra, Suécia, Argélia e Brasil, reunidos no Congresso da Acção Socialista Portuguesa e "ponderando os superiores interesses da Pátria, a atual estrutura e dimensão do movimento, as exigências concretas do presente e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro, deliberou transformar a A.S.P. em Partido Socialista", aprovaram, por 20 votos a favor e 7 contra, a transformação do movimento em Partido Socialista.

A Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista foi aprovada em agosto de 1973 e resultou de diversas contribuições de militantes e simpatizantes do interior do país e do exterior. Na Declaração de Princípios afirmava-se a defesa do socialismo em liberdade, ao mesmo tempo que se defendia como objetivo último uma sociedade sem classes e o Marxismo era aceite como "inspiração teórica predominante", embora permanentemente repensado. O programa refletia, assim, um compromisso entre o sistema parlamentar da Europa Ocidental e uma estratégia de ruptura com a organização capitalista da economia. O Partido hoje é pró-europeísta e afiliado internacionalmente com a Internacional Socialista e Aliança Progressista e tem afiliação europeia com o Partido Socialista Europeu.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2015-2019

A XIII Legislatura da Terceira República Portuguesa elegeu 230 deputados, com a coligação Portugal à Frente (PaF), entre PSD e CDS-PP, que já estavam governando, sendo a mais votada com 38,5% dos votos, mas perdeu a maioria absoluta que os dois partidos tinham no parlamento, ficando com 107 deputados, sendo 89 do PSD e 18 do CDS-PP), perdendo assim 25 assentos em relação a eleição de 2011. Já o PS obteve 32,3% dos votos válidos e elegeu 86 deputados⁹⁰, assim ganhando 12 cadeiras em relação à última eleição, já o BE obteve 10,2% constituindo 19 deputados, 11 a mais que na XII Legislatura, e o CDU com 8,3%

⁹⁰ Em 06 de dezembro de 2018 um Deputado do Grupo Parlamentar do PS passou a "deputado não inscrito", ou seja, sem filiação partidária. A figura do deputado não inscrito em grupo parlamentar é prevista no regulamento da Assembleia da República de Portugal, correspondendo à situação em que um deputado é eleito por um partido político que abandona o grupo parlamentar deste partido. O deputado não inscrito perde vários direitos em relação aos demais deputados.

fazendo 17 deputados; sendo eles 15 do PCP e 2 do PEV, e o PAN, com 1,4%, elegeu pela primeira vez um deputado.

Sem nenhum partido ou coligação com a maioria dos deputados, exigindo 116 cadeiras, o cenário era de uma fragmentação do poder político entre as agremiações. A eleição para Presidente da Assembleia da República Portuguesa aconteceu no dia 23 de outubro de 2015, na primeira reunião da Assembleia da República após as eleições. Para que se seja eleito Presidente do Poder Legislativo é necessário a maioria e podemos dizer que o resultado era sinal claro que a coligação Portugal à Frente não iria conseguir formar um governo que vigorará pelos próximos anos. Os candidatos eram Eduardo Ferro Rodrigues⁹¹ (PS) e Fernando Negrão⁹² (PSD), sendo eleito o candidato do PS com 120 votos contra 108 do candidato do PSD. Rodrigues contou com o apoio de toda a esquerda parlamentar.

XX GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL

O XX Governo Constitucional de Portugal foi constituído com base nos resultados das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, com a continuação de Passos Coelho, onde a coligação Portugal à Frente obteve a maioria relativa. O governo empossado não chegou a entrar em funções executivas, sendo demitido no Parlamento 11 dias após tomar posse, vendo o seu programa de governo reprovado pela Assembleia de República, sendo exonerado após mais 16 dias, pelo Presidente da República, desta forma tendo um total de exatamente 27 dias⁹³ e quatro horas que delimitaram o mais curto governo executivo, em 40 anos, da democracia constitucional em Portugal.

Observando os resultados eleitorais, na impossibilidade de formação de um governo com apoio parlamentar maioritário de um só partido ou coligação e frustradas as negociações entre a coligação vencedora e os restantes partidos com

⁹¹ Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues (1949-) foi secretário-geral do Partido Socialista (2002-2004) e é o atual Presidente da Assembleia da República, na XIV Legislatura. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, foi Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ministro do Trabalho e da Solidariedade e Ministro do Equipamento Social.

⁹² Fernando Mimoso Negrão (1955-) nasceu na Angola, Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi oficial da Força Aérea Portuguesa, advogado e juiz. Foi Ministro da Justiça e Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança de Portugal.

⁹³ Aconteceu de 30 de outubro de 2015 à 26 de novembro de 2015.

representação parlamentar com objetivo de formação de uma maioria para governar, o Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, apontou, no dia 22 de outubro de 2015, Pedro Passos Coelho como Primeiro-Ministro, após ouvir os sete partidos com representação parlamentar, sendo eles: Partido Social Democrata, Partido Socialista, CDS – Partido Popular, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Partido Ecologista "Os Verdes" e Pessoas–Animais–Natureza.

O Primeiro-Ministro indicado, Pedro Passos Coelho, apresentou a 27 de outubro de 2015, ao Presidente da República Cavaco Silva, uma proposta de constituição do XX Governo Constitucional, composto por 15 ministros, sendo 11 homens e 4 mulheres. A posse ocorreu no dia 30 de outubro de 2015, no Palácio da Ajuda. Em 6 de novembro de 2015, conforme regra constitucional, se entregou no Parlamento o programa de governo, assim acontecendo o debate entre os dias 9 e 10 de novembro.

O clima político após a eleição do Presidente da Assembleia da República já apontava o possível desgaste político do governo montado, assim no dia 10 de novembro de 2015, o XX Governo foi demitido pela Assembleia da República, resultado da aprovação da primeira de quatro moções de rejeição⁹⁴ ao programa do governo.⁹⁵ Conforme trecho da Moção de Rejeição N.º1/XIII (1.ª) do programa do XX Governo Constitucional, é nítida a articulação da esquerda parlamentar contra a possibilidade da continuação do governo de Passos Coelho:

[...] Neste contexto, concluído o processo de discussão e negociações com o BE, o PCP e o PEV, estão criadas as condições para a formação de um Governo de iniciativa do Partido Socialista, sustentado por uma maioria parlamentar, garantindo ao País um governo estável, responsável, coerente e duradouro, na perspetiva de uma legislatura. Perante as posições acordadas e publicamente assumidas pelo PS, BE, PCP e PEV está garantida: a) A formação e viabilização parlamentar de um Governo do PS, com o Programa de Governo aprovado na Comissão Nacional do PS de 7 de novembro de 2015, que inclui as alterações resultantes das negociações com os partidos da esquerda parlamentar e que respeita os compromissos nacionais e internacionais do Estado Português; b) A existência de condições de estabilidade na perspetiva de Legislatura com a garantia de não aprovação de eventuais moções de rejeição ou censura da iniciativa do PSD e do CDS; c) A existência de condições de governabilidade com a apreciação conjunta dos instrumentos fundamentais de governação, designadamente os Orçamentos do Estado. [...] (Moção de Rejeição N.º1/XIII (1.ª) do programa do XX Governo Constitucional, 2015)

⁹⁴ Em Portugal se usa o termo “chumbo” para reprovação no parlamento.

⁹⁵ A moção de rejeição aprovada foi apresentada pelo Partido Socialista.

Esta moção de rejeição foi aprovada com 123 votos (PS, BE, PCP, PEV e PAN) a favor e 107 votos (PSD e CDS-PP) contra, ou seja, a Coligação que obteve o maior número de votos e assentos inicialmente nas eleições legislativas impôs-se frente aos outros partidos eleitos, desta forma conseguindo governar. O Governo manteve-se em gestão corrente até à posse do XXI Governo Constitucional, que se realizou 16 dias depois, em 26 de novembro de 2015.

A DINÂMICA DOS PARTIDOS E A INÉDITA GERINGONÇA

Sem maioria absoluta, PSD e CDS formaram Governo, mas a reprovação do seu programa no Parlamento obrigou à sua demissão, conforme dita a alínea “d)” do nº1 do artigo 195 da Constituição da República Portuguesa. Por consequência, o Presidente da República, apesar de contrariado, vedado de convocar novas eleições⁹⁶, além da sua filiação e história com o PSD, foi obrigado a procurar uma solução que foi desenhada pelos partidos da esquerda parlamentar de forma inédita⁹⁷. Desta forma, o PS reuniu o apoio do PCP, BE e PEV e apresentou-se ao Presidente pronto para governar com uma composição que, até aquele momento, nunca tinha sido testada no país, ou seja, um governo minoritário do PS apoiado na Assembleia da República pelas forças partidárias da esquerda, tradicionalmente forças de oposição e com divergências históricas e ideológicas. Analisando o contexto político português, Carlos Jalali, professor da Universidade de Aveiro, aponta precisamente a exclusão do PCP como “uma das características fundamentais do sistema de partidos e dos alinhamentos eleitorais”⁹⁸, num sistema partidário em que uma “cumplicidade entre PS e PSD viria a permanecer uma dinâmica central”⁹⁹. A quebra da expectativa da governança entre o PSD e PS de forma monopolizada, geraria um sentimento de insegurança e surpresa no país.

⁹⁶ Cavaco Silva encontrava-se duplamente impossibilitado de convocar eleições legislativas antecipadas, visto que estava a cumprir os seis últimos meses do seu mandato e a Assembleia da República, de acordo com a Constituição Portuguesa de 1976, não pode ser dissolvida por um Presidente nos últimos seis meses de mandato nem nos primeiros seis meses após as eleições legislativas (artigo 172.º).

⁹⁷ FERNANDES E JALALI, 2017, p.129

⁹⁸ JALALI, 2007, p.75

⁹⁹ JALALI, 2007, p.77

Como também contactou o professor Marco Lisi do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova Lisboa, “os dois partidos moderados e do centro (PS e PSD) dominaram sempre a composição do governo em Portugal, sozinhos ou em coligação com o pequeno partido da direita CDS-PP”¹⁰⁰¹⁰¹. Desta forma, gerou-se um sentimento de insegurança e surpresa no país. Assim, essa dinâmica se quebrou com o surgimento de uma solução popularizada de “Geringonça”.

Simultaneamente no período que se passou em meio a crise parlamentar de constituição de governo, a mídia e os críticos da composição criada recebeu uma cobertura negativa sobre o que viria a ser o governo; os próprios parlamentares e grupo foram apropriando o nome para lhe dar sentido inverso, apostados em contrariar o ceticismo com que foram recebidos dentro e fora do país, tentando mostrar a sua eficácia na produção de resultados e enfrentamento as tensões que era esperadas pelos seus novos opositores.¹⁰²

Segundo os professores de comunicação que compõem o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Helena Sousa e Luís António Santos (2014) os órgãos midiáticos “adotaram um papel legitimador do programa de austeridade, entendendo-o como necessário para melhorar a situação do país”. Os professores consideram que “ao contrário dos movimentos nas redes sociais e das manifestações nas ruas, os média generalistas e econômicos contribuíram para a “fabricação do consentimento” sobre o programa da Troika.”¹⁰³ Portanto podemos entender o movimento de intervenção econômica e medidas impostas pela Troika são elementos centrais nos fatos e desdobramentos políticos acontecidos nos início dos anos 2010.

Conforme Susana Barros, colaboradora do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, “um jornalismo pouco crítico, fruto das condições de trabalho e da insegurança profissional, conduziram, na sua opinião, a uma reprodução do discurso do poder.” Neste mesmo sentido, João Castro Caldas e João Ramos de Almeida, analisando as crônicas e os editoriais de seis jornalistas econômicos publicados entre 2010 e 2014, concluíram que estes se focaram na culpa, na inevitabilidade e no sacrifício. De acordo com estes investigadores, o discurso jornalístico contribuiu para a fabricação do consentimento “a partir da mistura de medo com

¹⁰⁰ Tradução de BARROS, 2019, p.199

¹⁰¹ LISI, 2016, p. 4

¹⁰² BARROS, 2019, p.192-204

¹⁰³ SOUSA E SANTOS, 2014, p.59

persuasão”¹⁰⁴. A legitimação da austeridade foi, de resto, uma tendência não só portuguesa como europeia¹⁰⁵. Por conseguinte, na maioria dos países que se viram confrontados com a crise das dívidas públicas, os canais midiáticos e os discursos enquadraram uma resposta única centrada na austeridade, sem espaço para uma política alternativa. Foi assim na Grécia¹⁰⁶ e na Irlanda¹⁰⁷.

Em linha gerais a coalizão era criticada por ser apontada como frágil, uma vez que havia muitas diferenças entre os integrantes da união das esquerdas, além da surpresa internacional na possibilidade de sucesso da composição. O significado de “Geringonça” é posto como o que é malfeito, com estrutura frágil e funcionamento precário; um aparelho ou mecanismo de construção complexa. E no rótulo dado pelo deputado que se tornaria oposição, o termo então depreciativo, passou a ser usado por comentaristas políticos e também por integrantes da “Geringonça”, e se tornou um símbolo com conotação positiva, por designar a força de um governo apontado como fraco em sua origem, devido às diferenças ideológica, porém em oposição única a um projeto de austeridade que ameaçava os valores europeus de bem estar.

XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL

O XXI Governo como o "Governo de Esquerda" ou ainda "Governo das Esquerdas", ou, também chamado de "Maioria de Esquerda" ou "Frente de Esquerda", devido ao apoio parlamentar dos partidos de esquerda que asseguraram a entrada em funções do executivo tomou posse no dia 26 de novembro de 2015. António Costa, o então primeiro-ministro, iniciou o seu discurso de forma republicana e democrática agradecendo ao Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, ao Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues e ao Primeiro-Ministro cessante Pedro Passos Coelho. Costa dirigiu-se a Cavaco Silva para ressaltar que "a democracia é sempre capaz de gerar alternativas", demarcando a vitória sobre a resistência do presidente, considerando que aquele é "um Governo confiante" e que na "solidariedade parlamentar" que confere "legitimidade" ao Executivo naquele momento empossado, reforçando a importância

¹⁰⁴ APUD MATOS, 2017, p.39.

¹⁰⁵ BASU, SCHIFFERES AND KNOWLES, 2018

¹⁰⁶ DOUDAKI, 2015, p.1-17

¹⁰⁷ PASCHAL AND SILKE, 2014, p.5-23

do parlamentarismo português e o poder central do Parlamento. Costa garantiu que o seu Governo não iria promover "radicalizações", assim buscando o sentimento de segurança e confiança no país, prometendo que a conduta do seu Executivo iria se pautar "pela moderação", assim se distanciando das especulações que tentavam minar a possibilidade daquele governo.

A composição do XXI Governo Constitucional era de 17 ministros, sendo 5 mulheres e 12 homens. A maioria dos cargos foi ocupada pelo PS. Houve avanços em pautas progressistas como a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, a restauração de capital de companhias pelo Estado Português como a TAP, e os animais deixam de ser coisas perante a lei e a taxaçoão de refrigerantes, bebidas açucaradas e alcoólicas. Também medidas consideradas liberais como a venda do Novo Banco por 1000 milhões de euros à *Lone Star*.

Ainda, quase dois anos depois nas eleições autárquicas de 2017, o PSD obteve o pior resultado da sua história, ficando mesmo em terceiro lugar nos municípios de Lisboa e Porto, os maiores círculos eleitorais, o que levou o deputado Passos Coelho a anunciar que não se iria recandidatar nas eleições internas previstas para Janeiro de 2018.

PÓS GERINGONÇA, ELEIÇÕES DE 2019

Durante as eleições de 2019, enquanto a solução aparentemente óbvia e considerada bem sucedida, seria repetir o acordo firmado em 2015 com o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP), que integra a Coligação Democrática Unitária (CDU) com o Partido Ecologista Os Verdes (PEV), o primeiro-ministro favorito, António Costa, dava sinais que não formaria novamente a mesma composição, deixando de ser refém dos aliados que pressionaram seu governo por mais investimentos públicos, retomando uma posição do PS mais à centro-esquerda. Em entrevista, Costa descartou a ideia de um governo de coligação com ironia: "Não vale a pena estragar uma boa amizade com um mau casamento"¹⁰⁸.

Nas análises feitas durante o período eleitoral, observando as pesquisas, ou no termo usado em Portugal, sondagens, uma das hipóteses levantadas para

¹⁰⁸ AMATO, 2019, p.1

alianças fora da Geringonça é o partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), que elegeu de dois a cinco parlamentares, projeção que se confirmou. Na época professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), Paula do Espírito Santo afirmava que "o PAN seria um aliado menos complicado e com um eleitorado menos crítico no plano ideológico". Em uma outra perspectiva, em uma mudança que surpreenderia, Costa poderia fazer uma aliança até mesmo com o antagonista político Rui Rio¹⁰⁹, formando um bloco central, ressaltada pela professora Isabel David¹¹⁰, também do ISCSP "Eu não excluo nada. O PS, quando António Costa era "prefeito" de Lisboa, fez alianças à esquerda e à direita. E o PSD não descartou conversar"¹¹¹. Demonstra-se no histórico do PS a capacidade e habilidade de articulação política para liderança.¹¹²

O professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, André Azevedo Alves¹¹³, pontuou que:

"a Geringonça foi um projeto que se mostrou mais estável do que esperavam", [mantendo-se coesa durante os 4 anos de mandato]. "Deixa um legado que prova ser possível a governança com partidos fora do arco de poder, como o BE e PCP". [...] Geringonça desperta curiosidade internacional pela sobrevivência no poder em uma Europa na qual os partidos de esquerda entraram em crise. Esta resiliência deu ao país quatro anos de estabilidade política."¹¹⁴

Nas eleições legislativas portuguesas de 2019, que aconteceram no dia 6 de outubro de 2019 e constituíram a XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa, o PS conseguiu uma maioria de 36,34%, enquanto o seu maior oponente, o PPD/PSD, perdeu 10 deputados relativamente a 2015 e atingiu um dos seus mínimos históricos desde 1975. O Bloco de Esquerda teve uma queda em votos

¹⁰⁹ Nas eleições internas diretas de Janeiro de 2018, a disputa no PSD deu-se entre candidatos das duas tendências do partido, Pedro Santana Lopes representou a tendência economicamente liberal mais à direita (do antecessor Passos Coelho), enquanto Rui Rio encabeçou a ala mais moderada. Rio acabou por ser eleito líder do partido com 54,37% dos votos.

¹¹⁰ Isabel Alexandra de Oliveira David é doutora em Ciências Sociais, com especialidade em Ciência Política. Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-Ulisboa) e Pesquisadora do Instituto Oriente e do Centro de Administração e Políticas Públicas.

¹¹¹ <<https://oglobo.globo.com/mundo/geringonca-que-uniu-esquerdas-em-portugal-corre-risco-de-acabar-apos-eleicao-deste-domingo-23998296>>

¹¹² AMATO, 2019, p.1

¹¹³ André Azevedo Alves é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, mestre em Ciência Política pelo IEP-UCP e doutorado em Government pela London School of Economics and Political Science. É atualmente professor auxiliar na Universidade Católica Portuguesa, onde é Coordenador Científico do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos.

¹¹⁴ <<https://oglobo.globo.com/mundo/geringonca-que-uniu-esquerdas-em-portugal-corre-risco-de-acabar-apos-eleicao-deste-domingo-23998296>>

comparado a 2015, mas manteve o número de deputados, em oposição à CDU, que perdeu 5 deputados, ou ao CDS-PP, que teve uma queda de 13 deputados, alcançando assim o pior resultado da sua história em legislativas. O Pessoas-Animais-Natureza (PAN), que tinha entrado na Assembleia da República pela primeira vez em 2015, conseguiu crescer, assim como nas eleições europeias do mesmo ano, formando um grupo parlamentar com 4 deputados, apenas menos um do que o CDS-PP. Em junho de 2020, a deputada Cristina Rodrigues desvinculou-se do PAN e passou a deputada não-inscrita, desta forma o PAN é atualmente representado na Assembleia da República por três deputados.

A última eleição também foi marcada pela forte presença dos pequenos partidos, iniciando assim um movimento de fragmentação partidária, já que três dos mesmos, sendo dois recém criados, o CHEGA e a Iniciativa Liberal, partidos de matriz conservadora e liberal, concorrendo pela primeira vez à Assembleia da República, conseguiram entrar cada um com um deputado. O CHEGA, partido com ideias nacionalistas e conservadoras, conseguiu eleger André Ventura¹¹⁵ pelo distrito de Lisboa. A Iniciativa Liberal não conseguiu eleger o seu líder, Carlos Guimarães Pinto, que concorreu às eleições pelo círculo do Porto, mas conseguiu eleger João Cotrim de Figueiredo, pelo de Lisboa. Já o LIVRE, partido formado em 2014, com raízes europeístas e ecossocialistas, conseguiu eleger Joacine Katar Moreira¹¹⁶, também pelo distrito de Lisboa. Em fevereiro de 2020, Katar Moreira viria a passar a deputada não-inscrita graças à sua ruptura com a direção do LIVRE.

O resultado dessas eleições foi um número histórico de partidos não previamente coligados que passou a ter representação na Assembleia da República, mais concretamente oito legendas¹¹⁷. Este número manteve-se mesmo depois de o LIVRE deixar de ter representação no parlamento nacional português, com a passagem de Joacine Katar Moreira ao estatuto de deputada não-inscrita.

¹¹⁵ André Claro Amaral Ventura (1983-) é professor universitário e comentador desportivo português, deputado na Assembleia da República Portuguesa e presidente do Partido CHEGA. Nas eleições autárquicas de 2017, foi candidato do PSD à Câmara Municipal de Loures, onde perdeu, mas foi eleito vereador, tendo renunciado ao cargo em 2018. Foi candidato à Presidência da República Portuguesa nas eleições presidenciais de 2021, tendo ficado em terceiro lugar. As suas posições políticas são vistas como de extrema-direita, sendo assim considerado o primeiro deputado dessa ideologia com um lugar na Assembleia da República desde a Revolução dos Cravos.

¹¹⁶ Joacine Elysees Katar Tavares Moreira (1982 -), mais conhecida apenas por Joacine Katar Moreira, nasceu na Guiné Bissau, é uma historiadora, ativista e política luso-guineense. Foi eleita deputada ao Parlamento português pelo partido Livre. Três dias após perder a confiança política do partido, em 3 de fevereiro de 2020, passou à condição de deputada não-inscrita.

¹¹⁷ A que se acrescentou a única coligação concorrente a estas legislativas, a CDU.

Depois da posse e eleição do XXII Governo em 2019, onde o PS elegeu 108 deputados, ou seja com minoria parlamentar, nenhum grupo parlamentar usou do direito constitucional que lhe está atribuído de apresentar uma moção de rejeição ao Programa de Governo. Não houve moção de censura e nem mesmo a continuação da famosa Geringonça.

O derrotado Rui Rio¹¹⁸ do PSD, afirmou que "não faz sentido nenhum apresentar moção de rejeição neste momento". Acrescentando que "a legislatura tem condições para durar quatro anos" [Contudo] "tenho dúvidas se ela consegue durar os quatro anos, mas vamos ver." Além disso, pontuou uma tendência de aglutinação e permanente campo aberto de negociação, como sugerido durante a campanha pela professora Isabel David.¹¹⁹ O cenário criado pelas eleições legislativas onde os partidos perderam cadeiras e pequenos partidos surgiram criando um sentimento de insegurança e medo de um gesto que possa simbolizar a retirada legitimidade para governar ao partido que venceu as legislativas, o PS, mesmo que de forma minoritária. Assim os partidos decidiram que não iriam pautar o programa do Governo à votação da Assembleia da República¹²⁰. Os deputados únicos do Chega, Iniciativa Liberal ou Livre até poderiam ter a intenção de apresentar uma moção ao documento mas o regimento da Assembleia da República delimita esse direito a partidos com mais do que um deputado.¹²¹

O Gabinete do XXII Governo Constitucional de Portugal, constituído unicamente pelo PS, foi formado por 19 Ministros, sendo 8 mulheres e tendo 108 deputados na Assembleia da República, e tem previsão de mandato até o ano de 2023.

¹¹⁸ Nas eleições europeias de 2019, o PSD obteve o seu pior resultado histórico concorrendo sozinho, tendo 21,94% dos votos a nível nacional e chegando a mínimos históricos nas zonas de maior densidade populacional, como por exemplo em Lisboa onde conseguiria apenas 16,44% dos votos e em Setúbal onde conseguiria apenas 10,33% dos votos. Ainda foi mais afetado na região do Alentejo, tendo apenas 8,81% dos votos no distrito de Beja.

¹¹⁹ <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-out-2019/programa-de-governo-ja-passou-ninguem-apresentara-mocao-de-rejeicao-11454680.html>>

¹²⁰ Não entrou na pauta legislativa, e nem foi requisitado pelos partidos que tinham esse direito.

¹²¹ HENRIQUES, 2019, p. & Regimento da Assembleia da República.

CONCLUSÃO

A crise de 2007-08, somada às dívidas públicas, clima de insegurança e medo vividos no fim dos anos 2000 geraram uma onda de preocupação na Comunidade Europeia. A crise dos países europeus se deu em geral no início dos anos 2010, atingindo principalmente os PIIGS. Portugal chegou ao seu limite em 2011, quando pediu socorro ao Banco Central Europeu, União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional e assim se iniciou um programa que contava com uma série de metas de austeridade para controlar as contas públicas e reestruturar a economia do país da Zona do Euro. A crise se instaurou e se tornou ainda mais nítida. As reformas foram feitas e os números da economia melhoraram. É possível afirmar que Portugal cumpriu com muitos dos objetivos e saiu da crise em que estava afundado.

O PSD e PS sempre foram os partidos que agregam as preferências centrais na democracia portuguesa, tendo um arco de governabilidade em um modelo que simula o bipartidarismo. De 2011 a 2019, o quadro político se transformou, temos um número histórico de partidos representados na Assembleia da República; também temos um representante de extrema-direita que desde a Revolução dos Cravos não tinha assento no parlamento. A vitória de Passos Coelho em 2015, alinhado a um presidente também do mesmo partido, parecia um horizonte de continuidade de uma política de austeridade, mas em um momento histórico a aliança entre os três partidos que visou afastar o Governo da coligação que tinha ganhado as eleições (PSD+CDS), fazendo aprovar pela primeira vez na nossa história constitucional e parlamentar um governo do segundo maior partido parlamentar (o PS) e que, portanto, só se mantinha por ter o apoio dos partidos da Geringonça.

Paulo Portas, ex-vice-primeiro-ministro, em 10 de novembro de 2015, fez o célebre discurso onde dizia: "O acordo de esquerda não é bem um governo, é uma geringonça. (...) O que a vossa geringonça nos oferece é uma bebedeira de medidas. As bebedeiras têm um só problema: chama-se ressaca." 5 anos depois podemos pensar em como foi essa bebedeira e já perceber se estamos vivendo uma ressaca ou não. Podemos dizer que o termo "Geringonça" poderia ser classificado em nosso tempo como um "meme", ou seja, um termo que é bastante conhecido e utilizado na internet, referindo-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação,

ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música ou outros, que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade. Desta maneira o que teria como princípio ser ofensivo ou um ataque político, se transformou em afeto para muitos portugueses; como se trata de política, muitos vão se lembrar desse momento histórico como um momento de força, esperança, alternativa e com sentimento de carinho e de dias melhores, já outros com indignação, insegurança ou mesmo um momento político de “bebedeira”.

De 2015 para os dias de hoje, o contexto político mudou significativamente, a geringonça foi um desafio que o presidente de direita, Cavaco Silva, que forçou em um acordo firmado, em um momento que estava limitado de seu poder pelo encontro do tempo com as regras constitucionais. Mas agora a esquerda é maioria na Assembleia da República e o PS tem uma imensa margem de manobra na negociação caso a caso. António Costa também é reconhecido pela sua capacidade de articulação política e diálogo, podendo assim ter chances maiores de manter a estabilidade política. Esta aliança de partidos foi uma momento singular no panorama da política portuguesa, tradicionalmente mais acostumado com a alternância PSD a PS. Porém, mais incerta ao longo dos quatro anos. O presidente mudou; ao assinarem um acordo em 2015, os partidos de esquerda cumpriam uma exigência do então presidente Aníbal Cavaco Silva, do Partido Social Democrata (PSD), para formar governo, formalmente. Agora, Marcelo Rebelo de Sousa, aliado de Costa, liberou o PS desta formalidade. Rebelo era do PSD, mas agora está independente e foi reeleito tranquilamente no primeiro turno nas eleições presidenciais de 2021.

Em 2021 é possível afirmar que a Geringonça chegou ao seu fim em 2019 na forma articulada de ação conjunta. O que temos hoje, conforme explicitado pelo constitucionalista Vital Moreira que a "designação de "governo esquisito" ou "fora do normal" traduzia uma realidade que já não se aplica ao cenário político atual, já que o PS é, agora, "mais um 'normal' governo minoritário do partido que ganhou as eleições sem maioria absoluta". O Partido Socialista venceu as últimas eleições, apesar de não ter maioria absoluta, à semelhança de "cinco governos" anteriores, sendo 1976, 1985, 1995, 1999 e 2009. A maioria destes Executivos formados eram do PS, o que faz dele o "campeão dos governos minoritários". Ou seja, o que temos hoje é mais um governo minoritário em exercício.

Mesmo vivendo outra crise, talvez a mais grave desde a gripe espanhola, o

coronavírus impôs uma agenda de restrições e que demanda muita articulação política e institucional para o enfrentamento da pandemia, um novo desafio está posto ao governo português e sobre o presente poderemos observar melhor no futuro.

Desta forma podemos concluir que a composição da “Geringonça” da maneira como ficou mundialmente conhecida terminou, mas como sua marca se viralizou como um “meme” estará registrada na história por esse momento em que as forças políticas fizeram nada mais que política e se articularam em uma conjuntura construindo um caminho alternativo para Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Gian. 'Geringonça' que uniu esquerdas em Portugal corre risco de acabar após eleição deste domingo. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/geringonca-que-uniu-esquerdas-em-portugal-corre-risco-de-acabar-apos-eleicao-deste-domingo-23998296>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARROS, Susana. Quando um Governo de Esquerda assusta os media-A formação da “geringonça” nos jornais. Observatório (OBS*), v. 13, n. 1, 2019.

BBC. Entenda melhor a crise econômica de Portugal. 2011. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/entenda-melhor-a-crise-economica-de-portugal.html>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAETANO, Marcelo. História Breve das Constituições Portuguesas. Lisboa, Verbo, 3.^a ed., 1971.

CAETANO, Marcelo. Manual de Ciências Políticas e Direito Constitucional, tomo I, ISBN 978-972-400-517-1

CANOTILHO, Margarida. A Constituição de 1933: A Constituição do Estado Novo. Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, pp. 6–29.

DO ESPÍRITO SANTO, Paula. A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. Comunicação & Cultura, n. 2, p. 83-102, 2006.

DO ESPÍRITO SANTO, Paula. Sociologia política e eleitoral: Atitudes e comportamento eleitoral. - 3^a ed. rev. e atualizada. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2019.

DOUDAKI, V. *Legitimation Mechanisms in the Bailout Discourses, Javnost-The Public*, 22(1), 1-17. 2015.

FERNANDES, J. M. & Carlos J. *A resurgent presidency? Portuguese semi-presidentialism and the 2016 elections. South European Society and Politics*, 22(1), 121-138. 2017.

FERNANDES, J. M. *The seeds for party system change? The 2015 Portuguese general election. West European Politics*, 39(4). 2016.

FERREIRA, Ana Sofia. As eleições no Estado Novo: as eleições presidenciais de 1949 e 1958. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 7, 2018.

FERREIRA, David. *História política da primeira república portuguesa: 1910-1915*. 2 v. Livros Horizonte, 1973.

HENRIQUES, João Pedro. Programa de Governo já passou. Ninguém apresentará moção de rejeição. 2019. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/29-out-2019/programa-de-governo-ja-passou-ninguem-apresentara-mocao-de-rejeicao-11454680.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JALALI, C. *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2007

LISI, M. (coord.) (2015). *As eleições legislativas no Portugal democrático 1975-2015*. Lisboa: Assembleia da República-Divisão de Edições.

MATOS, J. N., Baptista, C. and Subtil, F. *A Crise do Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Deriva Editores. 2017

MENDES, Cláudia Amorim de Maia. *A Imprensa e os acordos de Governo entre partidos de esquerda em Portugal: o caso da "Geringonça"*. 2018. Tese de Doutorado.

MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas: 1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976*. Livraria Petrony, 1976.

MIRANDA, Jorge. A originalidade e as principais características da Constituição portuguesa. *Cuestiones constitucionales*, n. 16, p. 253-280, 2007.

MIRANDA, Jorge. *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao Texto Actual da Constituição*. Lisboa, Livraria Petrony Lda., 4.^a ed., 1997.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MOREIRA, Vital. O Sistema Jurídico-Constitucional do Estado Novo, *in* MEDINA, João (dir). *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Amadora: Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda., vol. XV. 2004.

NINA, Susana Rogeiro. Debates televisivos e campanhas eleitorais Eleições legislativas de 2015: O debate António Costa versus Pedro Passos Coelho. *Comunicação Pública*, v. 12, n. 22, 2017.

PASCHAL P. & SILKE, H. *Ireland – From Neoliberal Champion to “the Eye of the Storm”*. *Javnost – The Public*, 21(4), 5-23. 2014.

RODRIGUES, Pedro Henrique Alves et al. *A crise do mercado subprime e seus desdobramentos para o sistema financeiro europeu*. 2018.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Estampa, 1998.

SANTO, Paula Espírito; COSTA, Bruno Ferreira. Filiados e militantes partidários: perfis da filiação partidária numa perspetiva comparada. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 4, n. 2, p. 109–129| 131–149-109–129| 131–149, 2017.

SERRÃO, Joel (Ed.). *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Iniciativas Editoriais, 1976.